



FL. Nº  
Anexo – notas taquigráficas  
Proc. nº  
CMSP – NOME DA CPI  
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – AUDIÊNCIA PÚBLICA

**PRESIDENTE: GILSON BARRETO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

DATA: 07 DE MAIO DE 2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Bom dia. Declaro abertos os trabalhos da audiência pública da Administração Pública da Câmara Municipal de São Paulo.

Informo que a audiência está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, endereço [www.camara.sp.gov](http://www.camara.sp.gov). BR *link* Auditórios *On-Line*.

Esta audiência tem por finalidade discutir o PL 237/13 do Executivo. “Dispõe sobre a criação e alteração da estrutura organizacional das Secretarias Municipais, que especifica. Cria a Subprefeitura de Sapopemba e institui a gratificação pela prestação de serviços da Controladoria”. Foi publicado o Convite no *Diário Oficial do Município de São Paulo*, dias 3, 4 e 7 de maio; no jornal *Diário de S. Paulo*, dia 3 de maio; e no jornal *Folha de S. Paulo*, dia 6 de maio.

Convidamos para compor a Mesa o Dr. Christy Pato, assessor especial da Sempla; e o Dr. Rodrigo Teixeira, Chefe de Gabinete de Sempla.

Estão conosco o nobre Vereador Alfredinho, Líder do PT e membro desta Comissão; a nobre Vereadora Edir Sales; Vereador Dalton Silvano; Vereador Police Neto; Vereador Arselino Tatto, Líder do Governo.

Inicialmente, vamos passar a palavra ao Sr. Christy Pato, Assessor Especial da Secretaria de Planejamento, para fazer explanação sobre o projeto, nos dizer o que consta no PL 237/13, de autoria do Executivo.

**O SR. CHRISTY PATO** – Bom dia a todas e a todos. O tema desta audiência é referente ao PL 237/2013, que trata da reforma administrativa, acaba sempre necessitando de explicações um pouco mais minuciosas, para que os munícipes e os nobres Vereadores tenham total compreensão de quais são as propostas, as implicações que ensejam, de fato, essa reforma administrativa.

A reforma é condizente com vários compromissos assumidos pelo Prefeito Fernando Haddad, quando da campanha, portanto, vem de encontro não só à necessidade de dar corpo, dentro do Governo, aos novos compromissos, como também responder ao que essa

complexidade da sociedade uma série de demandas nas quais o poder público deve estar constantemente presente.

Vou projetar organogramas de algumas Secretarias envolvidas no PL para que fique mais fácil ilustrar a complexidade dessa reforma administrativa.

Começaremos pela Controladoria. Não sei se é possível acompanharem a projeção dado que a luz está muito forte. A Controladoria, o controlador Mário Spinelli já esteve aqui, expos brevemente a sua estrutura. Ela faz parte de um esforço inovador de trazer para o Município de São Paulo uma estrutura já existente no plano federal, que é uma das ferramentas mais eficientes para aperfeiçoar a máquina administrativa através daquilo que ela tem tido, aos olhos da opinião pública, como uma de suas principais falhas, justamente o fato de não haver controle sobre a ação dos agentes públicos. Vejam que quando se fala em Controladoria falamos de uma série de funções, dentro desse grande órgão, que serão condizentes com cada um dos focos de prospecção, de análise que a Administração deve levar em conta na hora de fazer a auditoria em cada uma das suas ações e dos seus servidores.

A estrutura não é simples, não é trivial. As competências da Controladoria absorvem e uma das competências que estava na Secretaria de Finanças, que é a Audig – Auditoria Geral, passa à Controladoria. Ao mesmo tempo, uma série de novas competências será inserida nessa nova pasta.

Essas caixas são as Coordenadorias, que correspondem ao eixo-chave dentro da nova estrutura. (Pausa)

Estamos com problema, a projeção está muito clara. (Pausa)

Temos então uma estrutura básica pertencente a todas as Secretarias, que é a Supervisão Geral de Administração e Finanças. Essa é uma estrutura usual e usual porque quando se faz uma reforma administrativa, a primeira preocupação é que não rompa a harmonia entre as estruturas vigentes. Dentro de tudo que a Prefeitura já teve e foi aperfeiçoando ao longo das várias gestões, tem que se manter a harmonia entre as estruturas.

Uma das usuais é a Supervisão Geral de Administração e Finanças porque cada uma das pastas, obviamente, deve ter equipe própria para dar conta dos objetos.

A Ouvidoria Geral que, antes, era uma atribuição isolada na Prefeitura, agora vai estar atrelada à Controladoria. A própria Corregedoria Geral, e o Secretário, Corregedor Mário Spinelli tem larga experiência no plano federal, vai se constituir como estrutura específica na Controladoria. A estrutura da Controladoria então se encerra quando você fecha com essas duas estruturas, com a Coordenadoria de Auditoria Interna e com a Coordenadoria da Promoção da Integridade, e com essa última porque a Controladoria Geral não é só uma instituição de correção, não é só o xerife preocupado, mas é importante essa figura da correção, mas deve ser e será uma estrutura que visa promover a boa prática administrativa dentro do serviço público. Essa é uma das primeiras estruturas que está no PL, condizentes com as propostas de compromisso de campanha.

---

Outra Secretaria contida no projeto de lei é a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres. Como havia dito, a Administração deve acompanhar a complexidade da sociedade. Uma delas diz respeito ao tripé geral que abrange Direitos Humanos, que envolve políticas focais para mulheres e de igualdade racial. A Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres responde a uma bandeira antiga, a um debate antigo. Imaginem que em países do Primeiro Mundo, como a Áustria, as mulheres foram votar somente nos anos 60, dá o tom do quão urgente é, de fato, termos estruturas de políticas focais de políticas voltadas para as mulheres.

A estrutura proposta para a Secretaria contém a parte universal, Supervisão de Administração e Finanças; tem uma supervisão de equipamentos porque vários, como os de combate a violência, de casas-abrigo, que estavam em outras secretarias passarão a ser de responsabilidade da Secretaria das Mulheres. Já que o intuito é ter uma máquina pública aperfeiçoada para cuidar dessa política focal, esses equipamentos serão geridos pela pasta.

Nessa Supervisão de Equipamentos estão as casas que vão estar sob a

responsabilidade da Secretaria das Mulheres, casas tradicionais como a Casa Eliane de Grammont, a Casa Abrigo Helenira Rezende, a Casa Brasilândia, o Centro de Referência da Mulher; e os Centros de Cidadania da Mulher. Esses são equipamentos importantes nessa política focal quanto ao respeito, ao combate à violência contra a mulher, que estarão sob a supervisão da nova pasta.

Dentro da lógica de que temos nessa Secretaria o intuito de aperfeiçoar uma política focal fundamental, que diz respeito a suprir um déficit histórico de valorização da mulher, são dois pontos centrais. Um é a questão do trabalho, emprego, valorização da mulher no mercado; e ao mesmo tempo o combate da violência usual contra a mulher. Essas são as duas grandes coordenações que teremos na Secretaria: a Coordenação de Enfrentamento à Violência; e a Coordenação de Autonomia Econômica das Mulheres. Quando faça essa última menção, é justamente porque traçando políticas transversais junto à Secretaria do Trabalho vai aprofundar aquilo que já faz parte dos horizontes de atuação da Secretaria do Trabalho.

Nesse eixo das Secretarias voltadas às temáticas de políticas focais de bandeiras históricas de Direitos Humanos temos a Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial. A estrutura comporta, como sempre, a estrutura básica de Supervisão, Administração e Finanças; comporta uma coordenação voltada, por ora, não a equipamentos, mas aos patrimônios culturais e comunidades tradicionais que dizem respeito justamente à bandeira do movimento. Ao mesmo tempo, já temos conselhos existentes, que estarão atrelados à secretaria; e uma Coordenação voltada para aprimorar, aprofundar as políticas de ações afirmativas. Significa que vamos ter na estrutura administrativa de São Paulo algo que possibilitará capilaridade em relação a tudo que vem sendo aprofundado no nível da federação. Na verdade, é fomentar políticas de ações afirmativas em todas as esferas da sociedade, implicando não só a escola – que é o grande debate publicado nos jornais -, como também no mercado de trabalho e na administração pública. Tudo ficará abarcado nas temáticas e nas competências dessa Secretaria Municipal.

Fechando o eixo Direitos Humanos, teremos a Secretaria Municipal de Direitos Humanos, que se desdobra da antiga Secretaria de Parcerias e que agora receberá uma série de novas competências.

A bandeira dos movimentos de Direitos Humanos na cidade de São Paulo sempre comportou uma série de pluralidades e de pontos focais que nunca tiveram, de fato, o seu ponto dentro da administração, que pudesse desenvolver, de forma mais cuidadosa, essas bandeiras.

Os temas que teremos dentro da Secretaria Municipal de Direitos Humanos estão agrupados nessas duas grandes Coordenadorias. Não preciso repetir que teremos também a Supervisão Geral de Administração e Finanças. Essas duas grandes Coordenadorias representam os agrupamentos de eixos das políticas transversais atinentes aos Direitos Humanos.

Então, temos a grande Coordenadoria de Promoção em Defesa de Direitos Humanos e a Coordenadoria de Participação Social e Gestão Estratégica.

Dentro da Coordenadoria de Promoção em Defesa de Direitos Humanos estão abarcadas a temática propriamente dos direitos humanos, na qual haverá discussões das: Comissão Municipal de Retificação e Trabalho Escravo; Comissão Municipal de Educação em Direitos Humanos; Coordenação de Políticas para Crianças e Adolescentes; Coordenação de Políticas para Idosos, na qual há a própria gestão do fundo; Coordenação de Políticas para a População em Situação de Rua, que também atuará em formato transversal com a Secretaria Municipal de Assistência Social; Coordenação de Políticas para a Juventude; Coordenação de Políticas para a LGBT e a Coordenação de Políticas para Migrantes. Há vários comitês, conselhos e comissões atrelados a essa Secretaria. A Secretaria terá funções de coordenar.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CHRISTY PATO** – Daqui a pouco faremos o debate, senhora.

Haverá a Comissão Municipal de Direitos Humanos, sob a responsabilidade da

gestão da Secretaria; o Conselho Municipal de Políticas de Drogas e Álcool; o Conselho Municipal de Participação da Comunidade Nordestina e o Comitê Intersectorial de Política Municipal para a população em situação de rua.

Outra inovação dentro da temática e da forma de atuação dos direitos humanos é que, quando você monta políticas que dizem respeito justamente a uma penetração muito forte em demandas da sociedade, é preciso ter uma estrutura para acompanhar e gerir toda a capilaridade dessas políticas. Daí essa Coordenadoria da Participação Social e a gestão estratégica, onde há o acompanhamento e gerenciamento dos projetos.

Essa Coordenadoria implicará em diálogo social, planejamento, monitoramento, avaliação, tudo isso para poder responder de forma mais eficiente a todos os grupos sociais previstos nessas competências da Coordenadoria, de que forma as políticas estão chegando a cada um dos grupos e como estão respondendo aos seus anseios.

Outra Secretaria que aparece nesse projeto de lei é um desdobramento da Secretaria de Habitação. Nessa partição, haverá especializações dentro de várias grandes áreas temáticas, antes abarcadas somente por uma Secretaria. E por que isso? Justamente porque todas essas Coordenadorias, que estarão agora sob a égide da Secretaria Municipal de Licenciamento, são coordenadorias cujas políticas focais exigiam um aperfeiçoamento, um aprimoramento de estrutura, que na Sehab, ainda não era possível.

Então, tanto a Sehab terá a sua estrutura renovada para responder aos novos anseios da discussão de habitação na Cidade, como as discussões específicas de edificação estarão agora sob a responsabilidade de uma nova Secretaria, a Secretaria Municipal de Licenciamento.

Basicamente, temos a divisão da antiga Secretaria de Habitação e nessa divisão temos o aprofundamento de novas estruturas, novas competências em cada uma das novas Secretarias. Ainda que a Secretaria de Habitação seja a mesma, aproveitou na sua estrutura e fez alguns aperfeiçoamentos para dar conta das complexidades de suas atribuições.

Licenciamento, hoje, será responsável pela Coordenadoria de Edificação de Uso Residencial, pela Coordenadoria de Edificação de Serviços e Uso Institucional, pela Edificação de Uso Comercial e Industrial, pelo parcelamento do solo de habitação de interesse social e pela Coordenadoria de Atividade Especial e Segurança de Uso.

Terá também, como supervisão de apoio a todas essas finalidades da Secretaria, uma Supervisão Geral de Informação. Todos sabem que a complexidade de gerenciamento de informação na Secretaria de Licenciamento será monstruosa. Aliás, é o que está hoje na Secretaria de Habitação. Várias das reclamações dos munícipes sobre a morosidade da Administração em responder várias das demandas estão atreladas à Supervisão de Informação. O aperfeiçoamento de cadastro de logradouros, de edificações, supervisão e todas essas informações estarão na Secretaria de Licenciamento.

A Supervisão Geral de Administração e Finanças será a unidade básica de apoio à questão orçamentária, gestão de pessoas, processamento de documentos e demais quesitos.

Como outras Secretarias, Licenciamento também possui comissões sob sua responsabilidade. Temos a Comissão de Edificações e Uso do Solo, a Comissão de Análise Integrada de Projetos e Edificações e Parcelamento do Solo, Comissão de Avaliação de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social.

A Secretaria de Habitação que antes era uma Secretaria paquidérmica porque ela continha todas aquelas atribuições de licenciamento e mais essas atribuições que permanecem com ela, agora ela vai se tornar uma secretaria focada, essencialmente, nas questões de programas, projetos de obras e atendimento social. Essa será a nova vocação da Secretaria de Habitação. Serão aperfeiçoados os departamentos que permaneceram com ela. Os departamentos serão elevados a um novo patamar, serão feitas algumas divisões no departamento para responder de forma mais eficiente essa especialização de função que terá a Secretaria de Habitação.

Temos a Coordenadoria de Gestão do Atendimento Social, que terá regionalização



no seu processo de atuação da Cidade e a Coordenadoria de Gestão de Programas, Projetos e Obras nas quais haverá o Departamento de Projetos e o Departamento de Regularização, bem como a Coordenação de Programas de Mananciais. Continua sendo uma Secretaria complexa, mas vai dar conta de forma mais centrada e focada, essencialmente, em todos os ditames que envolvem a problemática da habitação.

Há também dois conselhos dentro das responsabilidades de gestão da Secretaria: Conselho Municipal de Habitação e o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Saneamento Ambiental e Infraestrutura.

A antiga Secretaria Municipal de Relações Internacionais, dada a importância que adquire cada vez mais a necessidade dos municípios atuarem em consonância com os demais entes da Federação, ela assumirá nova competência aliada às competências já existentes. Ela se tornará a Secretaria Municipal de Relações Internacionais e Federativas.

Então, todas as coordenadorias existentes atinentes ao que ela já fazia de usual terão somadas uma coordenação específica para os assuntos federativos. Essa é a principal alteração na Secretaria aliada também a uma necessidade de pensar na relação federativa que envolve o Município de São Paulo – dado o porte continental que possui – também atue de forma coordenada com entes metropolitanos.

Haverá duas coordenações novas: Coordenação para Assuntos Metropolitanos e Estaduais e a Coordenação para Assuntos Federativos. São essas duas alterações pontuais e extremamente importantes e com potencial de elevação das políticas públicas muito fortes, haja vista que temos, desde o começo do ano, tratativas do Governo da atual gestão que envolve justamente relação com o Governo Federal e com outros entes federativos, como o próprio Estado de São Paulo, tentativas de coordenação de política com municípios na Grande São Paulo. Tudo isso será aprofundado através de políticas debatidas na Secretaria de Municipal de Relações Internacionais e Federativas. Mantém-se nela a Coordenação de Assuntos Internacionais, a Coordenação de Cooperação Internacional e Rede de Cidades e a

#### Coordenação de Projetos Especiais.

Outra Secretaria que responde a uma grande complexidade das necessidades da Administração Pública é a Secretaria Municipal de Relações Governamentais. Por que ter uma Secretaria Municipal de Relações Governamentais? A Prefeitura deve manter dois tipos de relações muito fortes na sua atuação: relação do gabinete com as demais secretarias, cumprida pela Secretaria do Governo e relação da Administração com, por exemplo, o próprio Legislativo. Essa é a função da Secretaria Municipal de Relações Governamentais, fazer a ponte de diálogo da Administração Pública com o Legislativo e com as entidades político-sociais. É uma estrutura extremamente enxuta, mas que cumpre efetivamente um papel importante de especialização na Administração.

Temos a Coordenação de Assuntos Parlamentares e Administrativos e a Coordenação de Articulação Política e Social. Por que ela não tem a Supervisão de Administração e Finanças? Como a ideia é ser uma secretaria enxuta, então, a Supervisão de Administração e Finanças, que, portanto, dará o apoio logístico de orçamento e pessoal, vai ser suprida pela Secretaria do Governo para manter a ideia de que é para ser enxuto e, no entanto, imprescindível na necessidade de termos especialização em determinados assuntos da relação do governo com o Legislativo e com as entidades político-sociais.

Dentro desse PL, haverá também a criação da Subprefeitura de Sapopemba. Todo o atual desenho da região, abarcado pela Subprefeitura da Vila Prudente, será repartido, em função de demandas históricas, da necessidade de especialização dentro daquela região, demasiadamente grande para a Subprefeitura de Vila Prudente. Então, toda a região será dividida, e haverá duas alçadas de Jurisdição, uma da atual Subprefeitura da Vila Prudente e outra da nova Subprefeitura de Sapopemba. O desenho da nova subprefeitura responde exatamente ao desenho usual das atuais subprefeituras. Não há nenhuma alteração em relação ao padrão dos desenhos usualmente atribuídos aos organogramas das subprefeituras.

Quanto à gestão dentro daquela região, durante esse ano, haverá também o

orçamento, que já estava previsto, o qual será dividido para as duas subprefeituras. A Subprefeitura de Sapopemba manterá, tal como nas demais subprefeituras, uma Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano, uma Coordenadoria de Projetos e Obras, uma Coordenadoria de Administração e Finanças e uma Supervisão Técnica de Limpeza Pública, onde há as questões usuais de Zeladoria.

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano aparece, nesse PL, como uma mera reestruturação de seu atual desenho em relação ao desenho anterior. Em termos de criação de cargos, se não me falha a memória, são só três a serem criados dentro da Secretaria. Ela apenas aproveitou a ocasião para aperfeiçoar a estrutura vigente. Ela achou melhor redistribuir servidores nas divisões em que achava estarem mais enfraquecidas. Então, algumas novas divisões foram reordenadas. O novo desenho da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano manterá esses conselhos, que estão sob a sua responsabilidade, Conselho Gestor do Fundo de Desenvolvimento Urbano, ao qual está atrelado o Fundurb, Conselho Municipal de Política Urbana, Câmara Técnica de Legislação Urbanística e Comissão de Proteção à Paisagem Urbana. Dentro da estrutura, há o aperfeiçoamento desses desenhos que já havia no Departamento Urbanismo, no Departamento do Uso do Uso e no Departamento de Produção em Análise de Informação. Essa foi a oportunidade que a Secretaria encontrou, para, dentro do contingente já existente de cargos, aperfeiçoar e otimizar a sua estrutura. Foram acrescentados apenas três cargos dentro desse novo desenho.

A Coordenadoria de Conectividade e Convergência Digital, que está sendo criada dentro da Secretaria Municipal de Serviços, é a consolidação da transferência já efetuada, por decreto, dessa estrutura que estava na Secretaria de Direitos Humanos. Tal Coordenadoria passa para a Secretaria Municipal de Serviços, respondendo justamente uma questão não trivial, transformando a inclusão digital não mais num debate, uma bandeira de Direitos Humanos, mas assumir isso como um dado. Não nos cabe mais debatermos o direito à inclusão digital. Ninguém mais questiona isso. Cabe-nos agora transformar isso num serviço

público inescapável dentro de qualquer Administração, tal como limpeza urbana e iluminação. Por isso, a conectividade digital foi transferida para a Secretaria Municipal de Serviços; e as divisões na qual ela se reestrutura são aperfeiçoamentos da antiga coordenadoria que existia na Secretaria Municipal de Direitos Humanos. Haverá a Coordenação de Praças Digitais, a Coordenação de Desenvolvimento de Projetos para Serviços e Tecnologias Digitais, a Coordenação de Gestão de Parcerias e a Coordenação dos Telecentros, que também agora estarão sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Serviços.

São essas as secretarias que constam no PL, que estão sendo criadas ou reestruturadas, respondendo a esse grande conjunto de urgências, necessidades e complexidades exigidas pela nova sociedade e pela Administração Pública, frente aos novos desafios desta Cidade, que cresce em ritmo continental.

Esses esclarecimentos dão a cara da intenção do Governo. As criações das secretarias respondem pontualmente e fortemente compromissos assumidos durante a campanha. Agora então podemos partir para um debate, esclarecendo dúvidas sobre cada um dos desenhos e competências, além das dúvidas que possam surgir dos senhores presentes.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Registro a presença dos nobres Vereadores Natalini; Floriano Pesaro, meu Líder e Líder do PSDB; Dalton Silvano, Líder do PV; Roberto Tripoli, Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento; Paulo Fiorilo; Mario Covas Neto, membro da Comissão de Administração Pública e Alfredinho, Líder do PT e membro da Comissão de Administração Pública. Convido os Vereadores a participarem da Mesa. É um prazer.

Tem a palavra a nobre Vereadora Edir Sales.

**A SRA. EDIR SALES** – Estava conversando com o nosso Líder, nobre Vereador Roberto Tripoli. Primeiramente, cumprimento todas as pessoas que estão participando desse evento, dando a devida importância a um projeto de mais alta relevância para o nosso

município de São Paulo. Cumprimento os Vereadores presentes, em nome do Presidente da Comissão, nobre Vereador Gilson Barreto. Falo da importância que tem esse projeto, cria a Subprefeitura de Sapopemba, um dos maiores bairros de São Paulo, com mais de 300 mil habitantes e extensão de 45 mil metros quadrados. A Avenida Sapopemba, o foco do bairro, tem 45 mil metros quadrados. Em Sapopemba, há CDCs, escolas, UBSs e CEUs, uma grande conquista do bairro. Inclusive, conseguimos a reforma do CEU. O bairro também conta com o Mercado Municipal Antônio Gomes e o CDC do Teotônio Vilela. Reformamos também o CDC Geraldo José de Almeida, UBSs e várias construções.

Então, entendemos que a criação do bairro do Sapopemba é muito importante, porque hoje ele pertence à Subprefeitura Vila Prudente-Sapopemba. Ocorre que Vila Prudente é uma realidade e Sapopemba é outra. Ao ser desmembrada a Subprefeitura de Sapopemba, beneficiaríamos a Vila Prudente também, porque aí teremos os nossos olhos voltados para um bairro também tão grande e importante, que abrange o Teotônio Vilela. Então, teremos um atendimento ainda melhor para um bairro que tanto necessita. Estamos constantemente preocupados com ele.

Tenho até um compromisso moral com o bairro, em batalhar por ele, porque fui a mais votada em Sapopemba junto com os nossos colegas aqui. Temos amigos, como o Vereador Gilson Barreto e outros que estão na mesa, grandes defensores do bairro, que está completando mais de cem anos de idade. Também temos um parque dentro do bairro do Sapopemba, o Zilda Arns, que está entre Sapopemba e São Mateus, no Jardim Grimaldi. Ele está entre os dez maiores parques lineares do mundo. Há muito tempo o nosso bairro de Sapopemba carece de ter uma subprefeitura independente.

Em 1986, o ex-Prefeito Jânio Quadros criou a Subprefeitura da Sapopemba, mas, quando a ex-Prefeita Luíza Erundina entrou, extinguiu-a. Até hoje não sabemos o motivo. De lá para cá, há uma luta muito grande. Agora, temos a oportunidade de votar um projeto, uma reivindicação antiga nossa de vários Vereadores. É uma reivindicação antiga. Então, agora

teremos oportunidade de ter esse bairro atendido. Isso ajudará muito a nossa região.

Então, estaremos participando e ajudando naquilo que for necessário. Estaremos nos unindo numa luta tão importante para o bairro de Sapopemba, que hoje é uma cidade. É maior do que muitas cidades do município de São Paulo. Em toda a região, há 52 comunidades, favelas na região. Em Sapopemba, há mais da metade. Então, temos de estar preocupados em urbanizar mais ainda essas comunidades, melhorando ainda mais as condições do bairro.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Sr. Rodrigo.

**O SR. RODRIGO** – É um prazer muito grande estar aqui. Estou representando a Sra. Secretária Leda Paulane, que não está presente por motivos de saúde. Em seu nome, peço desculpas. S.Exa. está de repouso hoje, e torcemos para que se recupere logo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Sr. Fábio Siqueira.

**O SR. FÁBIO SIQUEIRA** – Na segunda audiência do dia, vamos discutir o PL 237/13. Saúdo os nobres Vereadores Gilson Barreto, Presidente da Comissão de Administração Pública; Edir Sales; Alfredinho; Mario Covas Neto; Floriano Pesaro e Natalini; o Sr. Secretário Adjunto Rodrigo e Cristy(?), Assessor.

As perguntas são muito pertinentes. Têm a ver com a audiência pública passada de hoje, porque, mais do que nunca, são importantes as diretrizes orçamentárias estarem no PL 215, o qual acabamos de discutir. Exatamente por essas mudanças, essas cinco novas secretarias e novas estruturas, são motivos para que as diretrizes devam estar nesse PL. Essa é uma falha muito grave que a Câmara terá de corrigir pela via das emendas. Há coisas importantes, novos focos, temas, prioridades e metas. Então, essas diretrizes teriam de constar nessa LDO para 2014, mas não constam.

Falando sobre esse PL 237, há uma preocupação. Não parece ser boa técnica legislativa colocar, num projeto só, cinco secretarias, uma subprefeitura e mudanças em outras

nove. Lembro-me de que, em 2001, na gestão da ex-Prefeita Marta Suplicy, criaram-se três novas secretarias. Duas delas lembramo-nos muito bem, Comunicação e Relações Internacionais. Isso foi feito em projetos separados. Por que agora colocarem cinco secretarias num projeto só, com muitas falhas já elencadas?

A Subprefeitura de Sapopemba está sob outra lá, de 2012, das subprefeituras. Então me parece preocupante essa falta de técnica legislativa, que só está provocando rapidez, açodamento e um projeto que chegou a ser publicado há doze dias. Estão querendo votá-lo em segunda. É uma questão muito importante, diante dos temas aqui colocados, pela mudança séria na estrutura da cidade e da Prefeitura de São Paulo.

Em relação à Subprefeitura de Sapopemba, é um tema importante e histórico, mas vemos que o artigo 152 desse projeto foge das diretrizes da lei 13.399/02, que criou as subprefeituras. Por quê? Porque foram apresentadas três coordenadorias, e a lei de 2002 fala em sete. Não esqueçam que Educação, Saúde, Assistência Social e Manutenção e Infraestrutura estão nas subprefeituras. São sete coordenadorias, não três.

Se os Srs. Serra e Kassab descumprirem a lei em oito anos e deram um chapéu - desculpem-me a expressão - na lei 13399, a Câmara não pode oficializar isso. Vale essa lei nova ou a lei 13.399, que criou as 31 subprefeituras? Há um problema técnico muito sério. O Governo é de mudança ou vai manter os vícios da gestão passada?

Em relação à Coordenadoria, falo da Secretaria Municipal de Direitos Humanos. É claro que é importante termos uma Secretaria Municipal de Direitos Humano. Isso mostra o fracasso da Secretaria de Participação e Parcerias, inventada pelo Sr. José Serra. Isso mostra também que o tema tem de ser melhor abrangido. Na Coordenadoria de Cidadania participativa, tem de estar, em lei, o orçamento participativo. A gestão não pode colocar o orçamento participativo no final da fila, porque existe uma lei que garante o orçamento participativo. Não podem colocar no final da fila uma coisa que está na lei, que tem de ser prioridade e estar no plano de metas; e vai estar, porque participamos de audiências públicas.

Portanto, no artigo 237 desse projeto, não falar de orçamento participativo, desculpem-me, mas é uma ofensa à cidade de São Paulo e aos conselheiros aqui presentes, que lutam há onze anos pelo orçamento participativo na cidade de São Paulo.

Então, peço que a Câmara corrija essa falha do projeto, que cria uma Secretaria de Direitos Humanos e ignora a Coordenadoria do Orçamento Participativo. Quer dizer, mudam o nome da Coordenadoria e vão tirando a sua função precípua.

Por fim, para terminar, manifestar meu protesto por essa Secretaria não ter sido debatida com os conselhos. Vai mudar a estrutura na Secretaria de Direitos Humanos e os conselheiros não foram consultados.

Estão criando um Coordenador Geral que está se sobrepondo ao Coordenador do Idoso, de GLBT, ao Comuda e ao da Juventude. São mudanças importantes.

Tomara que a Câmara não aprove hoje esse projeto, porque tem de ter mais uma audiência pública.

Por fim, talvez o ponto mais sério. A mudança que não estava no projeto original, artigos 34 e 35: os senhores não falaram quando apresentaram o projeto: o Conselho Participativo Municipal.

É uma coisa grave, porque os artigos 34 e 35 violam a Lei Orgânica do Município, a Lei 13.881, que criou o Conselho de Representantes da Cidade de São Paulo, em 2004.

Então, queria saber se o Parlamento vai permitir mais essa violação.

São coisas muito graves que estão acontecendo e tomara que uma Administração que se diz democrática e popular faça realmente democracia participativa em defesa dos direitos já conquistados, especialmente do orçamento participativo.

É um absurdo colocar um remendo, uma gambiarra que não está no projeto original, desrespeitando a Frente Parlamentar desta Casa, um grupo que já existe para discutir o Conselho de Representantes, desrespeitando uma audiência de março deste ano e agora vem um arremedo, um improviso, os artigos 34 e 35.



Então, a gente pede para tirar e isso ser melhor elaborado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, Fábio, pela contribuição.

Tem a palavra o nobre Vereador Alfredinho.

**O SR. ALFREDINHO** – Bom dia a todos e a todas.

Na verdade, o Governo apresenta a criação dessas Secretarias e que estava no Plano de Governo. Então, não é novidade para quem acompanhou o Plano de Governo.

Evidentemente que quando se cria uma estrutura, ou você cria para valer ou não cria. Se criar para valer, é necessário que tenha infraestrutura para se ter o atendimento.

Quando se criou as subprefeituras, o Governo estimou que seriam criadas para um território de 200 mil pessoas. Hoje, grande parte das subprefeituras está acima disso. Se pegar Capela do Socorro, está por volta de mais de 600 mil habitantes. Já há a reivindicação de se criar a Subprefeitura do Grajaú.

Eu sou favorável, mas nunca serei favorável de criar uma subprefeitura lá para alugar um prédio e mais nada. Porque, como é que vai atender a população?

No dia que criar, no dia seguinte a população vai bater na porta querendo que sejam atendidas suas solicitações.

Se não houver a estrutura necessária, não adianta colocar lá o subprefeito e assessores. Tem de ter a infraestrutura necessária. Isso gera custo, claro.

Acho que quando gera o custo, ele tem de beneficiar aquilo que vai favorecer a população.

As secretarias vêm nessa mesma linha.

No domingo, em Parelheiros tive a oportunidade de visitar a Coordenadoria de Mulheres. Lá tomei conhecimento de uma série de problemas existentes naquela região e a pouca infraestrutura que elas têm para atender, ou quase nada. Inclusive, o prédio está até com rachaduras. Há a necessidade de uma reforma.

Infelizmente, ainda há muitos problemas assim a serem combatidos, inclusive o alto

índice de violência doméstica: foi um dos problemas principais citados.

Então, é necessário que haja uma infraestrutura para que a Secretaria funcione de fato, assim como a de Direitos Humanos. Até consultei se trouxer drogas e álcool e mais pessoas em situação de rua, se seria tirado da Assistência Social, mas, na verdade, é um trabalho em conjunto.

Portanto, são Secretarias que, por mais que se questione,..., na verdade, o setor público está sucateado há tempo, até por conta de não ter concurso público há muito tempo e se correr pela linha da terceirização, temos um funcionalismo muito envelhecido. Grande parte do funcionalismo, alguns já aposentados e só não saíram porque o salário da aposentadoria é baixo.

Juro a vocês que me sentia muito envergonhado e muito triste quando ia às subprefeituras. Lá encontrava funcionários que me mostravam o holerite com salário base menor que o salário mínimo. Como é que pode na Prefeitura mais rica do país alguém ter um salário base menor que o salário mínimo!

O Prefeito Haddad, nem esperava que chegasse a tanto ainda neste ano. Ele acaba de levar isso aí para um aumento de 78%, o que melhora. Ainda não chegou ao ideal.

Claro que não basta só dar um aumento de salário. É preciso ter uma política de estrutura, de progressão na carreira, para que o funcionário tenha uma motivação para atender a população de melhor forma.

Sei que é um tempo curto, mas sei que o Governo está estudando para apresentar uma estrutura em breve, não só de melhoria de salário, mas profissional, para que se dê motivação ao funcionalismo público.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito obrigado, nobre Vereador Alfredinho.

Tem a palavra o Sr. Antonio Chiarotto Filho, autor do livro *JP: Um sonho de*

*Presidente.*

**O SR. ANTONIO CHIAROTTO FILHO** – Bom dia a todos.

Na realidade, escrevi esse livro por causa de uma palavrinha muito simples que, por acaso, não ouvi aqui, a palavra saúde.

Causou-me estranheza não ouvir nada sobre remanejamento e as necessidades que o povo da cidade de São Paulo tem na área da saúde.

Sou um estudioso da área de saúde, há bastante tempo. Inclusive, no ano passado, tive a chance de me tratar de um câncer. Estou curado e tendo a oportunidade de falar com os senhores, graças ao SUS e ao Hospital Santa Marcelina.

Mas escrevi esse livro muito rapidamente por causa de meu problema de saúde e porque tive chance de passar por hospitais públicos e vi a diferença entre uma entidade filantrópica, Santa Marcelina, e hospitais públicos, Guaianases e outros.

Verifiquei que temos verbas suficientes. No meu livro está escrito que em 2011 o Governo Federal gastou 3 bilhões de reais em publicidade, e o Brasil, como um todo, gastou 90 bilhões de reais em propaganda.

Fui procurar saber quanto custava um hospital como o do Itaim. Custa só 60 milhões de reais. Tem 1300 funcionários; atende 300 mil pessoas por ano.

Queimamos em publicidade para os governos só 1500 hospitais. Foi aí que decidi escrever esse livro, para podermos avaliar o que acontece com os nossos governantes.

Quero até, aqui, dar um voto de louvor ao Prefeito Haddad, que é muito jovem. Até faço parte do PV, mas não tenho nenhuma militância política. Acho só o seguinte, como administrador de empresas, admiro a rapidez, um plano de Governo. Só que entendo o seguinte, o Prefeito Haddad tem quatro anos pela frente de trabalho. Acho que o trabalho, com todo respeito, deveria ser melhor elaborado. Deveria focar São Paulo como um todo, como falou o jovem ali, as leis, a questão e, principalmente, consultar a comunidade, o que as pessoas pensam.

No meu livro está escrito que os governantes são inquilinos, eles não são donos da casa, e como inquilinos eles têm de cumprir o papel de representantes da sociedade.

Mas não vejo nada de negativo nesse plano que os senhores estão apresentando. O que vejo de negativo é a forma rápida, e que precisaria ser repensado, de comum acordo com a sociedade. Vão visitar os hospitais.

Por exemplo, a Saúde, hoje, é o problema mais grave que temos. Fiz 40 quimioterapias e 30 radioterapias. Passei por tudo isso aí. Fui bem atendido e curado. Mas tem muita gente que não tem dinheiro para a condução, não tem um cafezinho, não tem um lanche, não tem nada.

Então, penso o seguinte, moro no Tatuapé. Aqui está sendo proposta a criação da Subprefeitura de Sapopemba. Nada contra. Acho que a Administração tem de ser descentralizada, mas também tem de ser analisada a relação custo/benefício.

Tatuapé gera um custo/benefício, para a Prefeitura, altíssimo. Tem apartamento lá de 5 milhões de dólares, de 10 milhões de dólares, e o Tatuapé não tem uma subprefeitura. Já teve, mas a dona Erundina até roubou a Anália Franco do Tatuapé, passou para a Vila Formosa.

Então, o seguinte, acho que a comunidade deveria ser consultada de forma mais profunda.

Por exemplo, está se criando a Secretaria da Mulher. E a Secretaria do Idoso também, será que não caberia? Eu sou idoso, tenho 66 anos de idade.

Então, penso o seguinte, admiro as pessoas que querem ser prestadoras de serviço, querem ser servidores públicos, como é o Prefeito, como são os Vereadores. Mas tem de ter mais participação do povo.

Dr. Christian, estou dando uma contribuição positiva. Se o senhor quiser conversar comigo sobre Saúde, cuido disso há 14 anos, porque tenho um filho que trata de câncer há 14 anos. Agora saiu um remédio, nos Estados Unidos, que vai salvar a vida dele. Eu mesmo fui

vítima dessa doença. Estou dentro da administração de três hospitais.

Vejam bem, no ano passado, o nosso Governador Alckmin não aumentou a verba dos hospitais e tivemos de aumentar o salário dos médicos. Aí o Tribunal de Contas queria multar o hospital porque ultrapassou a verba de 70%.

Temos hospitais que precisam de parceria com as prefeituras.

Não deixe, Dr. Christian, envolver questões políticas nessa situação. Olhe a Saúde como um todo. Não importa o partido. Não importa a ideologia. Importa a saúde das pessoas.

Sou testemunha e provo, quem quiser ler meu livro. Está escrito lá. O cidadão que sonha que é presidente e não consegue sair do sonho. Esse é o livro. Em um determinado momento, ele volta, em 2009, e está lá visitando um hospital em Itaquera. No sonho, ele pergunta ao Prefeito e ao Governador: “Olha, os senhores vão investir alguma coisa em um estádio de futebol?” O Prefeito e o Governador dizem: “Não. Não. Não temos recursos para isso”. Mas estão sendo investidos 420 milhões no Itaquerão. Nada contra, também.

Mas vejam bem, o Hospital Santa Marcelina precisa de 4 milhões de reais para dobrar a capacidade de tratamento de doenças de câncer, em quimioterapia e radioterapia, e não tem 4 milhões, que é 1% do que está sendo gasto no Itaquerão.

Digo mais. Esses 4 milhões serviriam para adquirir mais um aparelho de radioterapia, que atende mais de 100 mil pessoas por ano e obras de infraestrutura da radioterapia e quimioterapia.

Isso aumentaria a capacidade do Hospital em 5 mil pessoas por ano em tratamento de câncer.

Quatro milhões são uma bagatela, pelo que estamos falando aqui.

Sei da dificuldade. Sou administrador de empresa.

Temos de entender uma coisa, não é fácil. Também escrevi nesse livro que, às vezes, também somos muito rápidos para fazermos as críticas. Estamos errados. Temos de pensar e temos, às vezes, de sentar no lugar daquele que está administrando o bem público.

Coloco-me à disposição dos amigos, da Prefeitura. O que precisarem de informação, estamos à disposição.

Queria aqui reiterar o seguinte, se Sapopemba pode ter uma subprefeitura, queria dizer que o Tatuapé também poderia ter. Ou que se estudasse, naturalmente, toda essa distribuição.

E, finalmente, para terminar, tudo na vida, tudo que se cria de despesa, tem de ter um custo/benefício.

Eu não vi aqui, mas gostaria de ser informado: qual é o custo benefício? O que vai gerar de resultado econômico? O que vai gerar de resultado de atendimento à população, especialmente – reitero – na área da Saúde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Vou passar a palavra ao Christy.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Presidente, fazer só uma intervenção, é que assim eles respondem a tudo, é mais fácil...

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Não, eles vão ser rápidos, em seguida passo para V.Exa.

A palavra está com os senhores.

**O SR. CHRISTY PATO** – Fábio, se eu me esquecer de alguma coisa, por favor, lembre-me. Você começa falando que foi má técnica legislativa inserir tudo num mesmo projeto. Eu não entendo assim, a Administração não entende assim porque o projeto versa sobre um único assunto: reestruturação administrativa, a qual visa cumprir uma série de compromissos firmados pelo Prefeito com respeito às diversas políticas públicas que intenta aprimorar. O fato de estarem juntos é porque contém, sim, uma organicidade atrelada ao que é você começar o Governo e já cumprir os compromissos de aperfeiçoar determinados pontos focais da política pública. Nesse sentido, houve sim consulta. O próprio compromisso... E não foi surpresa porque durante a campanha tudo isso foi assumido como compromisso. A partir do

momento que o Prefeito é eleito, ele vai honrar o compromisso. A consulta sobre isso foi feita. Ele colocou para a sociedade as intenções das secretarias, dessas novas políticas, a sociedade acordou ao elegê-lo, e ele está, justamente, cumprindo com o compromisso.

Na questão das subprefeituras, quando você fala que as coordenadorias em vez de três deviam ser sete, tem um decreto que há muito tempo transferiu as coordenadorias para as suas respectivas pastas. Então, as 31 coordenadorias da Educação, que existiam em cada uma das subprefeituras, todas foram transferidas para a Secretaria Municipal da Educação, e nela elas se transformaram em 13 coordenadorias. Esse mesmo decreto havia transferido as 31 coordenadorias de Saúde, de toda Prefeitura, para a Secretaria Municipal de Saúde, onde tem cinco coordenadorias em que agruparam. Na Assistência Social é a mesma coisa, todas foram transferidas para SMADS. Desde esse decreto as subprefeituras não têm mais sete, a estrutura delas, desde aquele momento, é como a de Sapopemba.

---

Com relação ao OP, o OP – Orçamento Participativo não será objeto da Secretaria de Direitos Humanos. O OP, como nós falamos desde o começo do ano, será objeto da Sempla porque, afinal de contas, o Orçamento está em Sempla, então é ela quem está aperfeiçoando os mecanismos para o diálogo social, que nós já estamos fazendo por meio do Programa de Metas, agora estamos no PPA – Processo Participativo, PPA Participativo. Em conjunto com SMDU estamos num processo de construção do Plano Diretor de forma participativa. Baseados nesses três grandes eixos, estamos aperfeiçoando qual vai ser o modelo do Orçamento Participativo. Como falamos desde o início, a Sempla não quer colocar de saída, como bandeira só para falar que tem. Sempla quer transformar o Orçamento Participativo, aperfeiçoá-lo em algo que realmente mude o paradigma de Orçamento Participativo. Não basta colocarmos tal como sempre foi e simplesmente não produzir resultados, e que todas as críticas que fazemos não sejam incorporadas. O processo que Sempla está fazendo é de aperfeiçoamento dos mecanismos pelos quais o OP pode vir a ser implantado de forma muito mais condigno ao seu nome, e não como mera bandeira, sem

efeitos.

Quanto ao conselho, ele não foi formulação do Governo. O conselho entrou no PL como emenda do Vereador Police Neto. Não houve acordo prévio com a Secretaria de Relações Governamentais. Então, sobre o tema, não tenho condições de falar.

O Sr. Antonio nos trouxe as questões sobre a Saúde. Eu não tenho como fazer incursões profundas sobre o setor porque estamos em uma audiência pública sobre as estruturas que a Prefeitura está se propondo para responder a determinados compromissos de campanha. Acho fundamental explicar que isso não quer dizer, em nenhum momento, que a Saúde está fora da alçada. Essas novas estruturas respondem a novos compromissos que, obviamente, não excludentes dos compromissos fundamentais da cidade: Saúde e Educação. Isso, em nenhum momento, está em questão, não está em debate. Inclusive, não está em nenhum momento se retirando verba da Saúde, por exemplo, para cumprir novas funções. Não há qualquer relação!

Da mesma forma, quando o senhor fala que quatro milhões poderia resolver o problema de determinados equipamentos de Saúde, nós estamos falando de estruturas com custo baixo que poderão resolver o problema de milhares de moradores de rua. É aperfeiçoar, de fato, políticas públicas que resolvam um problema antigo, perene da cidade de São Paulo.

Você tem custo-benefício, a Controladoria Geral do Município. A Controladoria que hoje conta apenas com cinco pessoas, eles são servidores federais que aceitaram a tarefa de vir ajudar no Município de São Paulo, estão atuando em estrutura extremamente limitada e, mesmo assim, têm demonstrado a potencialidade do que é a Controladoria. No sentido de verificar os pontos focais da administração pública, que são extremamente vulneráveis à corrupção, a malversação. A Controladoria com meras cinco pessoas, o Controlador, o futuro adjunto e o chefe de gabinete, mais dois assessores, têm conseguido demonstrar a potencialidade da Controladoria. Imaginem que essa estrutura, após estar funcionando a pleno vapor, possa trazer aos cofres públicos uma economia dez vezes superior àquela que



correspondem à criação de todas essas secretarias, não só de mecanismos de combate à corrupção, como também – e eu já disse – não é só questão de correição, mas de aprimoramento dos mecanismos da Administração.

E os compromissos do Governo com a Saúde são claros. Por exemplo, eu sou coordenador do sistema de negociação permanente da Prefeitura com as entidades e associações sindicais. Aliás, hoje à tarde haverá mais uma reunião na mesa central de negociação. É também compromisso da Administração repensar as carreiras da Saúde, e isso implica em repensar de que forma é executado o serviço, e isso é repensar também qual é a situação do servidor. Em nenhum momento isso está fora do nosso escopo, mas nesta audiência pensamos tratar dessas estruturas novas, que correspondem a pontos focais, nos compromissos assumidos pelo Prefeito durante a campanha.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Terminado este bloco, vou passar a palavra ao Vereador Floriano Pesaro, meu Líder.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Bom dia a todas, a todos, Presidente Gilson Barreto. Quero cumprimentar o Secretário Christy Pato, o Secretário Rodrigo Teixeira, chefe de gabinete da Secretaria de Planejamento.

Tinha a ideia de que a Casa estaria mais cheia para este debate. Infelizmente, a mobilização da população quanto aos temas, parecem temas frios, nos decepciona devido às dificuldades. Esse é um tema recorrente no Brasil e agora será recorrente em São Paulo: a criação de estruturas burocráticas permanentes, estruturas que consomem milhões de reais.

Acabamos de ver a Presidente Dilma criando o 39º ministério da República. Nunca antes tivemos uma estrutura burocrática tão imensa, tão pesada. E tantos recursos que são, sim, desviados da Educação e da Saúde, não tenham dúvida disso, é óbvio. Também dos idosos, das crianças, da Segurança, da Infraestrutura, dos aeroportos, dos portos, da Agricultura! Tudo para a máquina burocrática, e isso se chama empreguismo.

Aqui ninguém falou, mas está sendo criado na estrutura desse projeto – quero

deixar muito claro para que não parem dúvidas, especialmente para os meus colegas petistas, porque somos favoráveis, o PSDB é favorável às políticas públicas propostas, são políticas determinadas, importantes, como a política de promoção da igualdade racial, como a política para as mulheres. Somos favoráveis à criação da Controladoria. E quem fez isso em Brasília fomos nós quando da criação da primeira controladora, na época era corregedoria que depois se transformou em controladoria. Também somos favoráveis à criação de subprefeituras na cidade de São Paulo, à descentralização, à participação. Esse é um legado nosso, é a nossa participação política de Franco Montoro! Descentralização e participação. Não pode pairar dúvida quanto a nossa postura.

Nós, quando fomos Governo Municipal, criamos secretarias, é verdade, a mais participativa de todas, Secretaria de Participação e Parcerias, com as mulheres, com os negros, com a comunidade LGBT, com os idosos, de forma a criar políticas transversais nessas áreas porque há negros idosos, há idosos homens e mulheres e assim por diante. Portanto, as políticas têm de ser pensadas de forma transversal. Criamos outras, foram três secretarias e para elas criamos perto de 30 cargos – secretários, obrigatório; chefe de gabinete; e os coordenadores de áreas, foram 30 cargos. Nesse projeto que o Prefeito Haddad manda para esta Casa cria mais de 350 cargos! São 390, para ser mais exato. Mesmo criando 30 cargos em 2005, nós congelamos quase 250 cargos espalhados, e o Vereador Police Neto lembra bem, foi o segundo Secretário de Participação e Parceria. Congelamos cargos das subprefeituras que eram de apadrinhamento político de Srs. Vereadores ligados ao Partido dos Trabalhadores e aos seus aliados. Repito: congelamos cargos nas subprefeituras, inclusive na Secretaria de Assistência Social, onde eu era Secretário porque eram cargos de apadrinhados políticos, não tinham qualquer importância do ponto de vista administrativo, mas criamos 30 e congelamos 200 cargos. O Prefeito Haddad, há duas semanas, descongelou os 200 e mais outros cento e poucos, somando quase 350. Agora, cria mais trezentos e tantos.

Mas há algo mais grave, mais incrível no nosso reino da Dinamarca, que é a

desqualificação dos cargos. Para o PT não basta criar os cargos, mas tem de desqualificá-lo também. Nesses cargos que foram criados – nós fizemos uma tabela e já saiu no jornal – a proposta é desqualificá-los. Por exemplo, exige Bacharelado em Direito, com OAB, tira a OAB, não precisa mais, só Bacharel em Direito. Exige curso superior em Magistério, tira o Magistério. Secretário de Planejamento – acho que é de Planejamento – exige conhecimento em tal área técnica, tira esse conhecimento... Aliás, tira o curso superior porque a argumentação – acho que do Vereador Paulo Fiorilo, em determinado momento – era de que: o Presidente da República não precisa de nível superior, por que um secretário técnico vai precisar? Não precisa também! Então a desqualificação dos cargos nos incomodou bastante nesse projeto. A bancada do PSDB está apresentando substitutivo para recolocar a qualificação dos cargos.

Num embate havido na votação em primeira discussão, diga-se de passagem: o projeto chegou aqui na segunda-feira e o governo votou na terça, são 900 páginas! Eu não consegui concluir a leitura, naquele momento, e creio nenhum colega tenha conseguido, talvez nem o Líder do Governo. Então, era essa a situação. Tivemos aquele embate, naquele dia, e falamos: a desqualificação do cargo nos preocupa tanto ou mais do que a criação do cargo porque a criação vai consumir, o Governo alega que são 4, 5 milhões, aparentemente pouco dinheiro para o Orçamento da Prefeitura. Mas a estrutura burocrática que se cria, para engordar a máquina pública, é inacreditável. E qual a eficiência, qual o retorno à sociedade do inchaço, da gordura da máquina pública? Alguém tem dúvida, alguém acha que melhorou muito – e falo “muito” para ser gentil com os meus Colegas petistas – o serviço público no Brasil nos últimos oito, dez anos? Em qual área melhorou? Citem uma! Diminuiu a violência? (Pausa) Emprego de baixa qualificação! Emprego porque o Brasil está crescendo, porque o mundo cresceu! Na hora que houver desemprego, vai todo mundo... Mas não tem qualificação! Nem para cargo público é preciso qualificação! Por que não faz concurso público para essas secretarias? Fica a minha pergunta. Querem criar 300 cargos? Faça concurso público para ver quem é que entende de política para as mulheres, e deixa para quem entende de política para

as mulheres assumir o cargo. Deixa para quem entende de política para os negros, entrará pelo concurso público!

A nossa crítica, Sr. Secretário, digamos assim, tem um caráter republicano quanto à administração pública, daquilo que o cidadão espera quando paga imposto. O cidadão espera ter um serviço público de qualidade, e é isso que buscamos: políticas públicas que tenham eficácia, eficiência no que se propõe como resultado.

É isto o que buscamos, políticas públicas que tenham eficácia e eficiência naquilo que se propõem como resultado. Nesse sentido, no caso da Secretaria Especial das Mulheres, a Bancada do PSDB propõem três emendas, que levarei hoje ao Líder Tatto e vou entregar, agora, ao Secretário de Planejamento para que possam fazer uma análise prévia – emenda é mais fácil de aprovar do que substitutivo. Primeiro garantindo que no artigo 99, desse PL, a Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres tenha a seguinte estrutura básica: Gabinete da Secretária, que não está no projeto. Em tempos de Presidenta, que se garanta que a Secretária da Mulher será uma mulher e, portanto, tem de estar na lei que seja secretária, não pode nomear um homem. Esse é uma das emendas. Pode parecer pouco, mas tem o mesmo significado de você chamar o Presidente da República de Presidenta. Então, tem algo muito maior por trás do artigo feminino ou masculino, mas vamos garantir que a secretária seja mulher. Essa é a emenda, com consentimento dos meus Pares, vou passar ao Sr. Christy para que leve em consideração do Governo.

Da mesma forma, as Coordenações, artigo 102, a Coordenação de Autonomia Econômica das Mulheres tem a seguinte estrutura: Gabinete da Coordenadora, mulher. Vamos garantir que seja mulher. Coordenação de Enfrentamento à Violência, Gabinete da Coordenadora, garantindo que seja mulher. Artigo 112, a Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres compete planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as unidades que integram a Secretaria e exercer outras atribuições que lhe forem competidas pelo Prefeito.

Não está claro exatamente como se dará o dia a dia da coordenação dessa Secretaria. Portanto, deixar claro que ela não só vai planejar, mas também dirigir e executar a política de mulheres no Município de São Paulo.

Agradeço a paciência e estamos ainda, há 7 dias, estudando esse projeto complexo e, na nossa visão, cheio de falhas. Permite nomear pessoas desqualificadas que geram gasto imenso ao Município e não garantem a que de fato as políticas serão implementadas, mas nós estaremos atentos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Estão presentes também os nobres Vereadores: Paulo Frange; Police Neto; José Américo, Presidente desta Casa; Juliana Cardoso e Paulo Fiorilo.

Tem a palavra a Sra. Maria do Socorro.

**A SRA. MARIA DO SOCORRO** – Boa tarde. Como todos sabem, sou Maria do Socorro, do Conselho do Idoso e da Saúde.

Quiséramos nós, idosos, ter um defensor que levantasse a bandeira e nos defendesse. Porque o idoso é transparente, não existe, não é respeitado. Quase eu enfartei ali em ver a divisão de tantas secretarias e coordenadorias. Não aceito essas coisas porque a minha índole, meu princípio. Tenho 72 anos, sou chefe de família, criei meus filhos, trabalhei na Febem, tinha a periferia imensa. É muito bonito quando a pessoa senta-se à mesa, mas não tem conhecimento do que acontece no fundão. É fácil escrever e determinar o destino de todos.

Sou do Conselho do Idoso e fui votada pela minha comunidade. Votada, não com título. Vocês são os nossos representantes, mas não têm ao menos a dignidade de saber o que é de direito e dever e obrigações de vocês. Não estou pedindo favor. Faço o trabalho que é de direito do Governo. Tem idoso morrendo e se destruindo sem ter nenhum benefício. São mães e avós que os filhos estão na cadeia e têm de criar os netos.

Não temos educação, não temos nada, não temos transporte, não temos nada no Conjunto Habitacional Águia de Haia. E tem gente que fica ai na mesa. Eu conheço AE Carvalho, eu conheço a zona Leste, agora todo mundo conhece por causa do Corinthians.

Com sinceridade, falei duas vezes ao Haddad, pedi desculpas se ele não tinha uma pessoa que pôs ele no mundo. Quem pôs no mundo? A mãe. Quando o Governo não respeita o idoso, ele não tem família. Estou cansada, cheia. Revoltada, não. Eu só olho para cada um de vocês e sei quem trabalha para a periferia. Eu tenho idade, mas não sou otária, boba e nem quero ser tutelada. Eu quero respeito para a população e para o idoso e dignidade.

Quando vocês se sentam à mesa, vocês têm compromisso com a população. Não importa quem seja. Vocês estão no poder e têm de respeitar a dignidade do cidadão e do ser humano.

Valeu a pena para aqueles que nos defendem, porque eu continuo viva. Enquanto eu tiver vida, vou conversar com a comunidade como vocês olham para a gente. Aqueles que nos desprezam. Essa secretaria é uma catástrofe. Vocês, por acaso, perguntaram à população? Perguntaram à Comissão do Idoso se eles queriam isso? Eu sou do Nordeste. Vocês estão humilhando o nordestino. Sou pernambucana e tenho dignidade e sei o que quero. Não quero ser tutelada e nem apadrinhada. Enquanto vida eu tiver, continuarei assim.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Muito bem, Dona Maria do Socorro.

A D. Maria do Socorro é uma pessoa participou da Comissão Extraordinária do Idoso comigo e com o grande conselho e todas as entidades ligadas ao idoso, tirando inclusive a proposta da criação da Secretaria Municipal dos Direitos do Idoso. Surpresa que quando vem esse pacote, o idoso fica para trás, criando a Secretaria Governamental e Secretaria Internacional.

E o que ela defende, por que não...

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, V.Exa. apresentou uma emenda criando a Secretaria do Idoso também.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Um projeto de lei.

**R** – Não, mas agora há um substitutivo da Bancada do PSDB para ser apresentado também.

**P** – Sim, também.

**R** – Uma iniciativa de V.Exa.

**P** – Representando o pensamento de todo o segmento das associações do idoso.

Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Frange.

**O SR. PAULO FRANGE** – Sr. Presidente, obrigado por me passar a palavra. Meus cumprimentos à Mesa, aos Srs. Secretários e ao público presente.

Em nome da liderança do PTB, gostaria de expor um posicionamento.

Secretaria Especial de Licenciamentos: seu objetivo é tratar especificamente desse assunto, e talvez seja o maior gol desse projeto. Se o respectivo organograma tiver, ao longo do tempo, um fluxograma que nos permita tratar em menor tempo todos os assuntos que envolvem o licenciamento no Município de São Paulo, não terá dúvida alguma de que será o maior avanço que haverá na Administração Pública nos últimos anos. A composição da Secretaria vai trazer resultados positivos e, com o fluxograma, criteriosamente acompanhado, e encurtado, teremos um trabalho de altíssimo resultado. Temos tratado essa discussão numa Secretaria hoje conduzida pelo PTB, a Secretaria de Esportes. O Secretário Celso Jatene estabeleceu uma relação com os demais, em que se estuda um fluxograma, pelo qual o que era tratado em 180 dias passou a ser tratado num prazo de 67 dias, usando-se a mesma estrutura. Imagine, então, com o um fluxograma de uma Secretaria com essa qualidade.

Em relação às divisões da Secretaria, há um apelo da sociedade paulistana e daqueles que lá trabalham.

Temos alguns nomes no Brasil que são marcas conhecidas. Por exemplo, ninguém,

no Brasil, dúvida de que a Anvisa seja um órgão de extraordinária competência, aqui e fora do Brasil. Acredito mais na Anvisa do que no FDA, americano. Muito mais. Os nossos critérios são mais rigorosos. Passou pela Anvisa, está seguro. Dificilmente passa alguma bobagem. No FDA passagem muita bobagem. Uma delas foi veiculada na TV esta semana: estão retirando mais um remédio do mercado, às pressas, porque não dá resultado algum; e foi aprovado por lá. A Covisa, em São Paulo, tem uma marca de qualidade: se você entrar num restaurante fiscalizado pela Covisa, você comerá com tranquilidade. E São Paulo tem uma marca de segurança que os paulistanos já passaram a adotar como ícone: Contru, exemplo de competência, eficiência, seriedade, responsabilidade, chega junto, fecha, está acima de interesse político, e, quando há problema relacionado a catástrofes fora de São Paulo, consulta-se o Contru. Foi assim em relação ao caso da Boate Kiss.

Analisei detalhadamente o projeto: há mudança de nome, mas não muda de finalidade, tampouco em termos de composição.

Há a crítica de que o projeto foi votado muito rapidamente.

Gosto muito de ler. Na noite que o projeto foi aprovado, nós lemos, riscamos e apensamos inúmeras sugestões para debater no dia. Infelizmente não deu tempo, mas o projeto está rabiscado, de todas as cores, e está lá no nosso gabinete, disponível para qualquer um que queira ter acesso aos riscos e aos comentários que fizemos sobre cada um dos pontos. Mas não sei o que faríamos para resgatar o nome Contru, que ficou como Segur.

Essa é uma marca paulistana, Secretário, e eu não sei se deveríamos perdê-la. As atribuições são as mesmas, os técnicos são os mesmos e a composição é praticamente a mesma, mas, na proposta da Secretaria, ela fica alinhada ao licenciamento. Então acho que valeria a pena pensar na possibilidade de não perder esse nome.

A segunda fala é um pouco mais política, até num sentido de se fazer uma provocação ao companheiro Floriano, a quem dedicamos muito carinho, assim como o dedicamos a toda Bancada do PSDB.



Tenho dois pontos em relação à discussão sobre a qualificação dos cargos.

Primeiro: sou extremamente favorável a concurso público. Segundo: tenho um medo enorme do concurso, porque é feito no “x”. Sou médico, e entreguei minha residência médica, devolvi, não quero mais, porque os médicos faziam provas de “x”. Isso acabou, graças a Deus.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Isso então explica as receitas médicas, ilegíveis.

**O SR. PAULO FRANGE** – Hoje se aplica a provinha do “x”, e depois a entrevista. A maior parte dos médicos residentes que passaram na provinha do “x” desaponta na entrevista, e esse grupo eu não deixaria trabalhar no meu serviço. O concurso público precisa ter a oportunidade de conhecer quem passou na provinha do “x”. O camarada não sabe escrever, e, quando você vai conversar, percebe-se que não tem a menor condição de atender o público. Um médico residente, que foi fazer a prova comigo, chegou de macacão, calça jeans, barba “desse tamanho”, com um cigarro na boca; aí não o deixei entrar. É um absurdo o camarada entrar, achando que vai ser médico residente de um serviço, chegando assim na entrevista. A indumentária não faz o homem, mas esse tipo de comportamento não é normal para quem está querendo ser médico. Então eu tenho dúvida quanto a se fazer um concurso público na base do “xizinho”.

Também tenho dúvidas quanto à afirmação de que quem vai entrar é desqualificado.

Foi preciso um médico urologista sair lá da minha terra – sou mineiro –, tornar-se presidente da República e construir Brasília. Não era engenheiro. O ex-Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, é sociólogo, e o seu trabalho deu um baita resultado. O ex-Ministro José Serra nunca viu um livro de medicina, e foi um grande ministro da saúde. Então não podemos tratar esse assunto dessa forma.

Quanto ao fato de a Secretaria da Mulher estar nas mãos das mulheres eu não tenho a menor dúvida. Penso o mesmo em relação à Secretaria da Promoção da Igualdade

Racial. Só faltava colocar um asiático. Não há razão para isso. Tem de ser alguém que já sentiu na pele o racismo.

Na composição dos quadros, é preciso buscar as pessoas não apenas pelo seu diploma. Hoje, as universidades estão entregando diplomas, mas não estão formando homens. Não estamos formando homens e mulheres para o mercado, estamos entregando diplomas nas mãos de pessoas que passaram em provinhas do “x”.

Portanto, Sr. Secretário, essa é a manifestação que eu faço: o concurso público é importantíssimo, mas precisaríamos mudar o concurso público, para que tivéssemos também, depois de uma pré-seleção, uma prova oral para saber exatamente com quem vamos tratar.

**O SR. RODRIGO TEIXEIRA (?)** – Perfeita a sua sustentação: de que o concurso público pode implicar eventual seleção de pessoa não qualificada para exercer a função; mas, da forma que está, temos a certeza que de haverá gente não qualificada. Então o concurso pelo menos vai dar a chance para que o qualificado exerça a função.

**O SR. PAULO FRANGE** – Sim, essa é outra linha de raciocínio. E aí é responsabilidade da chefia, que responde pelos subordinados, exonerar. Não há dúvida.

Há outro raciocínio, que não está no projeto: precisaríamos fazer uma revisão em toda a nossa legislação no que tange à composição dos quadros das subprefeituras.

Em 2003, votamos uma lei que criou subprefeituras; e criamos a Casa da Cultura, que eram em número de 14. De lá para cá, outras foram construídas. Como não tem cargo, elas são tocadas por voluntários ou oficineiros. Não é justo. Liguei para o Secretário Chico Macena para perguntar quantas mais nós temos. De repente, são seis ou sete... vamos incluir. Não há razão para ter Casa da Cultura em São Paulo, ter despesa, ter recurso, e não ter diretor. São cinco ou seis carguinhos simples, DA9 ou DA10, que não representariam um custo tão importante, não mudaria nada nossa história, mas que levaria para a ponta alguma situação que promova qualidade.

Enfim, eram essas as minhas considerações. Faremos um debate à tarde. O maior

apelo mesmo é para que preservemos o nome Contru, para resguardarmos essa marca de competência que São Paulo tem.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Vereador Paulo Frange, no caso das casas da cultura, V.Exa. poderia apresentar uma emenda que proponha a colocação de coordenadores. O PSDB apoia esse tipo de iniciativa, importantíssima para recompor a Administração.

**O SR. PAULO FRANGE** – Pedi ao Sr. Presidente, inclusive nessa linha de raciocínio, para ver quantas casas da cultura existem, para buscarmos assinaturas dos demais companheiros para conseguir colocar esses coordenadores, porque realmente é uma situação que não se justifica.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra a Sra. Patrícia Rodrigues.

**A SRA. PATRÍCIA RODRIGUES** – Boa tarde a todos. Queria cumprimentar Rodrigo, meu professor de Economia na USP. Parabeno-o por estar à frente, no Governo.

Gostaria de ressaltar o quanto é positivo a criação das três secretarias – a de combate ao racismo, de promoção da igualdade racial; a de política para as mulheres; e a de direitos humanos. Passamos dez anos na cidade de São Paulo, no Governo Serra-Kassab, sem praticamente qualquer política setorial. E é importante que o Vereador Floriano Pesaro saiba que falar de política de gênero, conceituar, é muito legal, mas o orçamento da Coordenadoria de Política para as Mulheres sofreu redução de 50%. Então é extremamente positivo que se criemos esta secretaria.

Queria problematizar um pouquinho sobre a alocação da Coordenadoria de Juventude.

Na Cidade, durante muito tempo, fizemos o debate segundo o qual juventude não pode ser tratada como um problema, na medida em que são sujeitos de direitos. A nossa primeira problematização é que a coordenadoria deveria ter autonomia – sendo, portanto, uma coordenadoria em separado, com capacidade de dialogar e de fazer política transversalizada. Em dez anos de Governo, não tivemos orçamento para juventude. Eu sou conselheira de

juventude, militante da Marcha Mundial de Mulheres, e o Conselho batalhou, ano passado, e conseguiu 20 milhões de emenda orçamentária – que não tínhamos. Acumulamos o debate segundo o qual essa coordenadoria não pudesse ser aquém do que foi no governo Marta. Mas onde ela está alocada hoje expressa a maneira que o Governo novamente passou a tratar a juventude como um problema, porque é dentro da Secretaria de Direitos Humanos. E a política não pode ser focalizada – tanto para mulheres quanto para juventude –, embora seja tudo que tenha aparecido na justificativa do PL 237.

Vereador Floriano Pesaro, leia o projeto. Eu fiz isso esta noite. Eu li 946 folhas do projeto. V.Exa., como Vereador, já deveria tê-lo lido completamente.

Mais do que isso: se há possibilidade de que se debate novamente o lugar dessa coordenadoria, a sua capacidade de dialogar com outras secretarias de Governo, bem como a necessidade de que o Governo mude essa orientação de política focalizada para a juventude. São dois milhões e meio de jovens na cidade de São Paulo; as mulheres representam 52% da cidade de São Paulo. Não dá para fazer política focalizada. É preciso que todas essas políticas dialoguem com todas as frentes.

É importante lembrar que no Governo Serra-Kassab não conseguimos sequer implementar o plano que trata sobre a violência contra a mulher. Cremos que com a secretaria seja possível, desde que a orientação seja diferente: a estrutura da secretaria de políticas para as mulheres está adequada, mas a orientação tem de ser diversa.

Quanto à coordenadoria da juventude, esperamos realmente que os movimentos de juventude e que o conselho de Juventude possam ser chamados para a próxima audiência pública, uma audiência ampla, para debater com mais cuidado o lugar dessa coordenadoria.

Agradeço a presença de todos. (Palmas)

**O SR. FLORIANO PESARO** – Apenas para esclarecer: quando disse que não havíamos lido o projeto, refiro-me ao período compreendido entre a noite em que o projeto chegou e a votação, que aconteceu no dia seguinte. Não lemos, e acreditamos que grande

parte não leu. Agora não apenas lemos o projeto nos últimos sete dias como fizemos três substitutivos, inclusive defendendo o princípio da transversalidade, que é um princípio que nós defendemos. O projeto que o Prefeito Haddad nos mandou não é transversal, é compartimentado na sua política pública. Então esse princípio que você acaba de defender aqui, com muita propriedade, nós defendemos também: o princípio da transversalidade das políticas públicas.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Quero contribuir um pouco com a proposta que chega à Casa, ou com algumas ofertas que fizemos há 10-12 dias ao Gabinete do Prefeito e ao Secretário João Antonio.

O Sr. Prefeito sancionou uma legislação recente que trata da regularização fundiária de interesse social. A cidade de São Paulo anuncia, no seu Plano de Metas, uma intervenção bastante ousada, seja na habitação de interesse social, seja na regularização fundiária de interesse social. E fica uma grande pergunta: se, no momento em que a Administração opta por ter uma secretaria de licenciamento, nós não conseguimos deixar claro que papel a Secretaria de Habitação passar a ter num momento em que se carrega para essa nova secretaria um conjunto de afazeres de licenciamento, mas não de promoção social. Então o primeiro questionamento é conceitual: não consigo enxergar, numa secretaria de licenciamento, intervenções sociais como ora se pretende. Então a primeira questão é fazer voltar para a Secretaria de Habitação aquilo que é de interesse social. Não faz sentido, no momento em que se cria uma nova estrutura para licenciamento de atividade econômica, deixar no fim da fila aquilo que é essencial para a geração do equilíbrio ao qual o Sr. Prefeito se referiu no dia que ganhou a eleição: “derrubar o muro da vergonha”. Então me parece que há um erro conceitual no projeto, e um erro perigoso. Ontem de manhã tratamos sobre esse assunto no Gabinete do Sr. Prefeito, anunciando a S.Exa. que precisamos fortalecer as estruturas da Secretaria de Habitação no momento em que ela deixa de tratar de aprovação. É importante ter uma secretaria de licenciamento? Sem dúvida. Mas é importante fortalecer o

aspecto de interesse social que a Secretaria de Habitação continua a ter. Então diminuir a Secretaria de Habitação numa cidade que tem três milhões de pessoas vivendo em habitações subnormais como indica o IBGE parece um erro conceitual. A Administração não conseguiu reconhecer aquilo que representava o discurso do Sr. Prefeito para ganhar a eleição. A equipe que atuou não conseguiu reconhecer que uma massa da periferia, importante nesse movimento novo, que é ter a sua oportunidade de ter a terra regularizada, do imóvel regularizado, e não imaginar que vai pegar o fim da fila de grandes empreendimentos. Não faz sentido algum. Então é preciso retomar a área de habitação de interesse social na Secretaria de Habitação, e promover a regularização fundiária de interesse social onde se faz intervenção social, porque eu não acredito que os técnicos que vão fazer licenciamento de shopping vão ter a mesma leitura daqueles que vão licenciar assentamentos precários na periferia de São Paulo. Então se trata de correção conceitual, e para resolver esse problema eu peço ajuda aos técnicos aqui presentes, para que não cometamos nenhum erro.

Há outra questão também fundamental, relacionada à secretaria mais nova que temos até o momento: A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

Depois da aprovação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, este plenário aprovou definitivamente a função social da propriedade, mas a Secretaria, quando foi aprovada, não tinha uma coordenação de controle da função social da propriedade. Não me parece justo com a Cidade termos ganho um instrumento tão poderoso, advindo do processo constituinte e da reforma urbana debatida no Congresso Social, que levou um tempo grande para se estabelecer como lei e dispositivos na cidade de São Paulo, sem que a Secretaria que cuida apenas do desenvolvimento urbano não trate do controle da função social da propriedade.

Três emendas foram apresentadas pelo nosso mandato. Estavam prontas para serem votadas, junto com a do Conselho, sendo que a do Conselho teve um aceite genérico por parte da Administração, quando afirma ter vontade de ter os conselhos na escala distrital, e

discute a redação para isso no momento. Então devemos aprovar, se votado hoje ou amanhã, os conselhos na escala dos distrital, que é a escala de maior capacidade de participação do cidadão. As outras três emendas já estavam prontas à época da votação, mas optamos por não apresentá-las naquele momento, para discutir mais a fundo com o Governo essas três iniciativas, que, embora não inovem, aperfeiçoam: Coordenadoria de Regularização Fundiária de Interesse Social, com a tarefa de habitação que tem, não é de licenciamento de atividade econômica; a Coordenadoria de Habitação de Interesse Social, que também não se confunde com os empreendimentos financiados pela poupança e, portanto, aqueles que têm mais de zero a seis salários mínimos e, assim - não se confunde e é algo de interesse social, não de interesse econômico – e, por isso, estar na Secretaria que trata das questões sociais de habitação.

E, por último, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano a tão necessária coordenadoria que controla a função social da propriedade. Um pouco até para avançarmos não só na criação deste ou daquele espaço de ação política, ou de anunciar a capacidade que tivemos de reconhecer que, de uma coordenadoria vulnerável um pouco atrás, merece hoje ter um *status* de Secretaria. Não. É para voltarmos à origem do que é viver numa cidade que se apresenta para ser justa ou não. E que, portanto, sabe partilhar a Terra de forma equilibrada ou não. E também de quanto o setor público é responsável por fazer essa regulação.

Então imaginar que faremos uma reforma desse tamanho e não colocaremos o dedo numa das maiores feridas que ainda temos, serei muito sincero; quero ajudar o Sr. Prefeito a aprovar o projeto na Casa, mas quero ajudar a aprovar um projeto bom para a Cidade.

E não acredito que possamos aprovar um projeto bom para a cidade, se não colocarmos o dedo naquilo que, de fato, dói nas pessoas. E a função social da propriedade urbana é colocar o dedo numa ferida histórica que passou incólume nesse debate até agora.

A regularização fundiária e habitação de interesse social também foi lá encaixada

num daqueles modelos de artigos, sabem, tudo aquilo de Hab vai para um lugar chamado atendimento social. Desculpem, senhores. Quero crer que foi ausência de tempo, não ausência de fundamentos.

Então tínhamos fundamentos, mas faltou tempo para conseguirmos acertar.

Por isso, quero pedir ajuda aos técnicos para essa correção, pois isso pode produzir um buraco considerável em algo que a Cidade tanto espera de nós. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Próximo orador Sra. Luiza Martins.

**A SRA. LUIZA MARTINS** – Boa tarde a todos. Meu nome é Luiza, sou engenheira da Prefeitura do Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo.

Aproveitando o gancho do Vereador José Police Neto gostaria de resgatar a importância da regularização fundiária nesse organograma proposto.

Vou fazer um breve histórico, não sei se todos conhecem o departamento. O Ressolo é um Departamento de Regularização de Parcelamento do Solo. Ele tem um passivo de 2 mil loteamentos. Há mais ou menos 520 mil famílias que moram em loteamentos irregulares, sem título de propriedade ou onde há infraestrutura precária. Estamos falando da periferia de São Paulo.

Somando Hab, que é a Superintendência de Habitação Popular – que também estaria, na estrutura proposta, numa coordenadoria de projetos e obras – ela tem, aproximadamente, 1,5 mil favelas e empreendimentos.

Isso significa, mais ou menos, 300 mil famílias nas favelas e, somando núcleos habitacionais – que são habitações de interesse social construídas, mas ainda estão irregulares durante todo esse período histórico – chegamos a, aproximadamente, 1 milhão de famílias.

Estamos falando dessa problemática da periferia, da regularização fundiária, de loteamentos, favelas e empreendimentos habitacionais.

O que aconteceu nessa estrutura? Em 1989, éramos uma divisão técnica, em que



tínhamos uma estrutura organizacional abaixo do departamento, na época. E foi criado um departamento diante da importância da regularização fundiária. Foi quando fomos novamente rebaixados a uma divisão técnica.

Estamos aqui discutindo que, diante desse passivo de irregularidade que temos no Município, não temos condições de alcançar a meta audaciosa do Sr. Prefeito de regularização fundiária de 200 mil famílias - um número bem considerável -, apesar da estrutura criada pelo novo organograma, de atender a essa demanda, que é bem ambiciosa.

Essas 200 mil famílias estão irregularmente em loteamentos construídos em áreas particulares; em favelas, consequência de parcelamento de solo em áreas públicas, e em empreendimentos habitacionais construídos durante um período sem aprovação. Essas pessoas não têm título de propriedade nem concessão de uso.

Do levantamento que fizemos, tínhamos o Ressolo, um departamento com estrutura de quatro divisões técnicas, assessoria técnica, jurídica e administrativa.

Para o recém criado departamento técnico de regularização, além dessa atribuição, que é a regularização de áreas particulares, abarcamos a competência da regularização fundiária de favela e de empreendimentos. Então, diminuiu-se a estrutura do departamento, mas triplicaram as competências.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o Sr. Flávio Capelo.

**O SR. FLÁVIO CAPELO** – Boa tarde. Sou assessor do Vereador Andrea Matarazzo. O projeto 237/13, que tem 267 artigos, está cuidando, dentre outras coisas, da reorganização da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania, que, como foi dito aqui, vai ter que trabalhar em conjunto com a Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social.

Como, mesmo após a leitura, algumas coisas não ficaram claras, uma pergunta para os Srs. Christy e Rodrigo: dos cargos em comissão criados, quantos são para a Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania e quantos são para a Secretaria da Assistência de

Desenvolvimento Social.

Era esse o meu questionamento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Tem a palavra o nobre Vereador Paulo Fiorilo.

**O SR. PAULO FIORILO** – Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público presente, como esta audiência traz elementos novos, o importante é que o Governo tenha interesse em ouvir e o Parlamento tenha interesse em se apropriar dessas preocupações.

O Ressolo é uma questão importante, e a Sempla e o Parlamento devem fazer esse debate.

O que me traz aqui, no entanto, são duas outras questões. Como já havia dito ao nobre Vereador Floriano Pesaro, não podemos rebaixar o debate. Ninguém está propondo colocar na Secretaria pessoas desqualificadas, como disse o nobre Vereador. Pensar assim é um erro conceitual, até porque alterações foram feitas ao que a Administração está propondo.

O Governo Fernando Haddad apresentou, ao longo do debate, propostas claras que estão agora sendo materializadas a partir de projetos de lei.

A criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial significa que o Governo Fernando Haddad considera fundamental para a Cidade a criação de um órgão que possa realizar esse diálogo, o que, infelizmente, não foi feito anteriormente.

Como Secretário, o nobre Vereador Floriano Pesaro teve oportunidade de propor uma mudança nesse sentido, mas não propôs. Foram, sim, criadas três Secretarias. Essa foi a opção política do governo passado.

Já o Governo Fernando Haddad fez outras opções, como a criação da Secretaria Municipal de Promoção da Igualdade Racial, a reestruturação da Secretaria Especial de Relações Governamentais, a questão da Secretaria de Licenciamento, a política para as mulheres, a questão da Controladoria e a da Subprefeitura de Sapopemba. Todas essas

questões foram anunciadas e debatidas ao longo da campanha.

Portanto, apesar do respeito que tenho pelo nobre Vereador Floriano Pesaro, não posso aceitar o rebaixamento deste debate.

Eu poderia, por exemplo, declinar como o José Serra compôs a Prefeitura, trazendo ex-prefeitos do interior que tinham perdido a eleição - e que, portanto, não podiam concorrer mais - para administrar subprefeituras da periferia da zona Leste e da zona Sul, regiões onde nunca tinham pisado. Essa foi outra opção política. Talvez até o Sr. José Serra tenha pago o preço de ter feito essa escolha.

Estamos aproveitando esta audiência pública para trazer elementos que possam contribuir com o projeto por meio de alterações e de emendas, como faz o PSDB, que entende que a Secretaria de mulheres terá de ser composta por mulheres. Também opção do PSDB.

As emendas, claro, serão debatidas e, quem sabe, na medida do possível, incorporadas.

Outra questão importante é que, no governo passado, alguns Secretários não tinham atribuição para o cargo. Nenhum demérito, mas agora temos a oportunidade de fazer uma correção necessária, até porque as atribuições mudaram. Isso não significa, porém, colocar pessoas desqualificadas.

Vamos ter a oportunidade de travar esse debate e, quem sabe, discutir o Ressolo, a importância que ele tem a partir da demanda que tem a Cidade e de acordo com as preocupações que tem o Governo Municipal. Vamos poder discutir, por exemplo, a quantidade de cargos e as estruturas que foram criadas, porque há nisso uma concepção política. É essa a diferença que a Câmara Municipal de São Paulo e a Cidade tem que debater e entender.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Já que sabemos que nesta Casa a Administração Pública tem maioria e que provavelmente o projeto será aprovado, eu gostaria de fazer algumas considerações.

O Sapopemba hoje tem uma realidade que é a mesma de Teotônio Vilela. Há inclusive um projeto que trata da mudança do distrito eleitoral de Teotônio Vilela para Sapobemba-Teotônio.

Outra questão importante é a criação da Secretaria Municipal dos Direitos do Idoso. Essa matéria foi discutida há dois anos; inclusive eu tenho um projeto de lei cujo teor é a criação dessa Secretaria. Com o dinheiro do Fundap, um fundo federal, e o do fundo municipal, dá para fazer política pública direcionada ao idoso, que sempre fica à mercê dos projetos.

Acho que o governo poderia aproveitar essa oportunidade do fundo federal e do fundo municipal e mudar a nomenclatura da Secretaria para Secretaria Municipal do Idoso, que iria atender a essa faixa etária da qual também faço parte.

Nesses quatro anos, seriam quase 100 milhões de reais em gastos com novos funcionários públicos de cargo de confiança. Poderíamos até descongelar os cargos anteriores, que, se não me engano, são quase 600.

**O SR. FLORIANO PESARO** – Sr. Presidente, é a soma. Trezentos e poucos já foram descongelados, e há proposta para descongelar mais 300 e poucos, quase 390. São, então, quase 700 no total.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Segundo o que foi publicado no *Diário Oficial*, o congelamento passa de 500. Poderiam, então, ser descongelados esse cargos e transferidos, sem criação de mais ônus para a Prefeitura.

Eram essas as minhas considerações. Questões mais técnicas, vou guardar para a discussão do projeto no Plenário.

Tem a palavra o Sr. Rodrigo Alves Teixeira.

**O SR. RODRIGO ALVES TEIXEIRA** – Respondendo ao Vereador Floriano Pesaro a uma das questões que envolve mais diretamente a Sempla, em relação à questão da mudança de provimento, também discordo da afirmação de que estaríamos desqualificando os cargos.

No exemplo dado pelo Vereador Floriano a respeito do cargo da Secretária de Planejamento, para esse cargo constava a exigência de experiência, se não me engano, de três anos em planejamento urbano. Isso, na verdade, é um resquício de quando a Secretaria de Planejamento atual e a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano estavam juntas.

Vários cargos dentro da Secretaria de Planejamento exigiam uma experiência em planejamento urbano, o que não é mais a atribuição da Secretaria. Simplesmente, então, foi feita uma readequação, ou seja, além do cargo da Secretária, foi pedida a mudança de provimento de 12 cargos, porque a Secretaria de Planejamento não tem mais essa atribuição.

Além disso, alguns cargos que tinham o provimento de sua Secretaria de origem, em virtude do decreto de descongelamento, tiveram seus provimentos alterados e foram para o quadro específico. Naturalmente, então, os provimentos tiveram que ser mudados. Caso contrário, estaríamos absurdamente exigindo ao cargo atual as atribuições do cargo que tinha sido originalmente congelado.

Esse argumento do Vereador Floriano, portanto, é um pouco falacioso.

Sobre a provável intenção de desqualificar os cargos, questão também abordada pelo Vereador Floriano, a Secretaria de Planejamento tem vários cargos de livre provimento, principalmente os do Gabinete, e estou bastante contente com a qualificação na nossa Secretaria.

Por exemplo, a Secretária de Planejamento, Dra. Leda Paulani, tem Doutorado pela USP e é professora da Universidade de São Paulo. A Secretária Adjunta, Dra. Ursula Peres, possui Mestrado e Doutorado em Economia de Empresas pela FGV e também é professora da Universidade de São Paulo. Eu, Chefe de Gabinete, apesar de estar ocupando um cargo de livre provimento, também tenho Mestrado e Doutorado pela USP e sou professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e o Christy, Assessor do Gabinete, tem Doutorado e é professor de universidade federal. Além disso, um dos nossos assessores, o Felipe, tem Mestrado pela USP e é Doutorando pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Eu poderia dar o currículo de várias pessoas que estão trabalhando conosco na Secretaria de Planejamento, mas não acho necessário

Fico bastante revoltado com esse tipo de opinião, como se estivéssemos usando os cargos para colocar pessoas sem nenhuma qualificação. Posso dizer pela minha Secretaria e também pelas demais que conheço que a equipe montada por este governo é altamente qualificada. Poucas são as pessoas que, trabalhando nos cargos-chave da Secretaria, têm apenas o Mestrado.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Sr. Rodrigo, quero lhe dizer que, apesar de o nobre Vereador Floriano Pesaro não estar presente, como Vice-Líder da Bancada do PSDB, referendo os questionamentos de S.Exa.

**O SR. CHRISTY PATO** – De qualquer forma, acho que as afirmativas feitas pelo Vereador Floriano Pesaro foram muito acintosas e não verdadeiras. Não acho de bom tom que fazer esse tipo de afirmação e não permanecer no plenário para ouvir as devidas explicações.

Sobre essa afirmação que tem sido ventilada à exaustão, de que o decreto anterior teria descongelado cargos, acho que é dever do Vereador ler o que é publicado no *Diário Oficial*. Se S.Exas. lerem, verão que em nenhum momento o Governo descongelou quaisquer cargos nas semanas anteriores à apresentação desse projeto de lei.

Vou explicar qual foi o procedimento. Existem dois mecanismos de congelamento que a Administração criou nos últimos oito anos. Em 2005, a gestão Serra criou o chamado quadro específico. Nesse decreto do quadro específico, a gestão Serra solicitou que cada uma das Secretarias fornecesse 15% dos seus cargos para serem transferidos a esse quadro específico, que, no início daquela gestão, tinha quase 1.900 cargos congelados.

Não é verdade, no entanto, que eles tenham permanecido congelados como contenção de gastos. Não. Ao longo da gestão, eles foram sendo liberados. Tanto que, no final do ano passado, esse quadro específico tinha 323 cargos remanescentes, que só não foram

descongelados porque as Secretarias não os queriam, uma vez que eram provimentos absolutamente impossíveis de serem encaixados a qualquer servidor, como, por exemplo, ter cinco anos de experiência em planejamento urbano, saber falar alemão, saber sapatear, etc.

Por serem provimentos muito específicos para serem indicados a uma Secretaria, muitos desses cargos do quadro específico estavam congelados há pelo menos sete anos.

Houve outro congelamento, dessa vez de preço, em 2009, com o Prefeito Kassab. S.Exa., da noite para o dia, baixou um decreto que determinou que todos os cargos que não estivessem ocupados fossem congelados e só pudessem ser ocupados mediante pleito específico ao Prefeito.

Então, dentro da Prefeitura, em 1º de janeiro deste ano, tínhamos estas duas situações: cargos congelados no quadro específico – em torno de 323 – e cargos congelados nas próprias Secretarias. Esses das Secretarias eram de difícil controle pela Administração. Muitos, não sabendo dos decretos de congelamento, estavam nomeando pessoas para esses cargos. O que a Secretaria de Planejamento fez? Baixou um decreto no qual ela pegou todos esses cargos que estavam congelados nas próprias Secretarias e os transferiu para o quadro específico. Em nenhum momento foi descongelado qualquer um desses cargos. É uma inverdade o que vem sendo afirmado à exaustão, e acho um desrespeito o Vereador Floriano Pesaro colocar isso em Plenário e não permanecer nesta audiência pública para que a verdade seja restaurada.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Como Vice-Líder da Bancada do PSDB, estou representando o Vereador Floriano Pesaro nesta audiência pública.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – O Vereador Floriano Pesaro fala das estruturas burocráticas permanentes, sempre dando ênfase à palavra “burocráticas”. Ora, um dos maiores intelectuais liberais do século XX reforçou justamente o principal caráter do capitalismo – refiro-me à estrutura do Estado -, funcionalidade essencial ao capitalismo, portanto à empresa capitalista: a burocracia.

É a burocracia que permite que se atribuam responsabilidades dentro da estrutura administrativa. Quando falamos em estrutura burocrática com conotações pejorativas, cuidado, porque isso faz parte da essência de qualquer empresa - sem a burocracia, nenhuma empresa pode funcionar – e, obviamente, faz parte da essência da Administração Pública. A burocracia é o mecanismo pelo qual se fixam as atribuições de modo bem claro e definido. Quando a Administração propõe-se a aperfeiçoar sua estrutura burocrática é porque ela quer dar maior eficiência às suas próprias atribuições para responder aos novos desafios – referentes a questões amplas de direitos humanos, de igualdade racial, das mulheres, de Controladoria e assim por diante. Criar estruturas burocráticas faz parte da dinâmica de qualquer empresa e faz parte da dinâmica da Administração Pública.

O nosso Chefe de Gabinete já esclareceu a questão da mudança de provimento do cargo de Secretária de Planejamento. O Secretário anterior, Rubens Chammas, não tinha as atribuições para aquele cargo, que exigia três anos experiência em planejamento urbano, resquício do tempo em que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano estava atrelada à Sempla. Isso não desqualifica, em nenhum momento, o Secretário Rubens Chammas; trata-se apenas da observação de que não fazia mais sentido ter aquela atribuição na Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, o que foi alterado.

Outros cargos cujos provimentos foram alterados não têm nenhuma relação com qualquer intenção de rebaixamento do nível, como foi insinuado. Nosso Chefe de Gabinete já explanou qual é o nível das pessoas que estão sendo trazidas para a Administração, e alguns dos cargos cujos provimentos foram liberados dizem respeito, primeiro, a esse mecanismo de que falei, pelo qual havia 323 cargos que nenhuma Secretaria conseguia ocupar, porque o provimento deles era quase impossível. Liberamos esse provimento para que não precisássemos criar cargos, utilizando-os dentro da própria Administração. Simples, não há nenhuma mágica. Além, desses, havia outros cargos que estavam em desacordo com a harmonia da estrutura da Prefeitura. Temos, dentro do Gabinete de Sempla, uma Assessoria



de Desenvolvimento Institucional, equipe extremamente competente, cuja preocupação primordial é nunca deixar que as Secretarias destoem umas das outras. Essa harmonização de estruturas implicou que, ao se olhar alguns dos cargos de assessoria técnica, verificou-se que eles estavam com provimentos não condizentes com aquilo que é usual dentro da Prefeitura. Assim, foram alterados. Isso não tem nenhuma relação com se mudar a qualificação dessas pessoas; não: é o que sempre foi usual dentro da Administração Pública de São Paulo.

Quando se fala que a criação dessas Secretarias implica a retirada de verbas da saúde e da educação, tenho certeza de que o Vereador Floriano Pesaro sabe que verbas da educação e da saúde são vinculadas. Não estamos retirando verbas dessas áreas, pois elas têm dotações próprias. É uma inverdade essa qualificação de *trade-off*, de se diminuir o tamanho do cobertor de uns para aumentar o de outros.

A desatenção em relação a esses pontos fundamentais – primeiro, a leitura adequada de um decreto, que, em nenhum momento, descongelou cargos, apenas os transferiu de um local para outro – refletiu-se, inclusive, em me chamarem de Secretário. Sou assessor da Secretária Leda Paulani, que é a Secretária de Planejamento. O Rodrigo, nosso Chefe de Gabinete, já externou os sentimentos da Secretária, que lamenta não poder estar presente, pois está acamada.

A Maria do Socorro nos lembra sobre como foi o processo de participação. Maria, é perigoso assumirmos a posição de que, só porque não fomos consultados, a sociedade não foi consultada. Assim, assumimo-nos como os únicos interlocutores possíveis da sociedade. Isso não ocorreu. Mais: como eu disse, esse processo de criação dessas novas estruturas responde a acordos já firmados em campanha, os quais simplesmente não nos permitiram qualquer margem, na Administração, para dizer: “Não, vamos criar isso com tempo, vamos repensar, vamos chamar todo mundo para conversar, vamos fazer audiências até 2014-2015 para então criar essas novas estruturas”. A Administração tem que executar, de início...

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – A Administração tem que executar, de início, de forma eficiente, a criação das estruturas a que se propôs; senão, simplesmente passará os quatro anos sem conseguir executá-las.

Os idosos estão contemplados na Secretaria de Direitos Humanos, da mesma forma que a Coordenação de Juventude. Por que nenhuma delas se constituiu como Coordenadoria isolada? Porque isso levaria o tamanho da Secretaria de Direitos Humanos a uma estrutura absolutamente paquidérmica. Teríamos uma coordenadoria para cada assunto; mas, quando falamos em coordenadoria, embaixo disso temos uma série de divisões necessárias à harmonia com a estrutura da Prefeitura. Neste momento inicial, para mantermos e aprofundarmos as políticas públicas setoriais, essas temáticas todas foram agrupadas em uma única coordenadoria, que abarca idosos, juventude, migrantes *etc.* Se no curso da administração tivermos ao mesmo tempo dotação orçamentária e necessidade administrativa, não há problema algum em se desmembrar isso de tal forma que essas coordenadorias tenham uma estrutura mais complexa. Mas, de início, ela responde justamente a essa premência da Administração Pública de promover uma estrutura enxuta e eficiente.

- Manifestações fora do microfone.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Enquanto o nobre Vereador Paulo Frange falava, eu mandei uma mensagem à Secretária Paula Motta, da Secretaria Especial de Licenciamentos, sobre a questão da nomenclatura. Aliás, aqui um parêntese: não foi Sempla que criou as secretarias. Foram três meses de reuniões intensas com cada uma das secretarias aperfeiçoando os desenhos e as propostas, de forma a harmonizar com a estrutura da Prefeitura. A Secretária Paula Motta tem o desenho super claro dentro da proposta de licenciamento. Lembro-me que chegamos a ter uma discussão sobre isso, do signo Contru, no entanto ela rebateu dizendo que havia uma série de novas atribuições, mudanças nos paradigmas do Contru. Ela entendia que era melhor criar uma nova marca para essa nova estrutura, porque ao mesmo tempo em que o Contru tinha em si essas simbologias, de algo

essencial para a Cidade, mas também continha em si uma simbologia de alguns vícios. Por isso, a Secretária Paula acha melhor que se mantenha a nomenclatura proposta porque isso representa esse novo paradigma na questão do antigo Contru.

Aproveitando a questão sobre licenciamento, nessa reforma administrativa – ouvi em muitas falas -, muitos têm a impressão de que as secretarias serão esses cargos. Não. Nem de longe. Por exemplo, se pegarmos a Secretaria de Licenciamento, estão sendo criados 38 cargos, mas como essa Secretaria vai imergir desse desdobramento da Secretaria de Habitação, na verdade, vêm para a Secretaria de Licenciamento 208 cargos, dos quais 145 serão ocupados dentre servidores. Então temos servidores sendo realocados. Não são só cargos.

Respondi a Patrícia sobre a questão da Coordenadoria da Juventude, e o nobre Vereador Police Neto sobre a questão da Sehab. A Coordenadoria de Gestão de Atendimento Social, dentro da Sehab, tem as seguintes competências: orientar e coordenar as ações de trabalho social nos programas e projetos da Secretaria; elaborar no campo social documentos técnicos e estudos necessários à implementação da política habitacional; executar a gestão de contratos e convênios no âmbito do trabalho social; prestar orientação técnica e administrativa às unidades da Coordenadoria necessárias ao encaminhamento das demandas apresentadas por grupos sociais, organizações não governamentais e órgãos públicos e responder no âmbito regional pela execução do trabalho social em programas e projetos da Secretaria.

Então toda preocupação da função social permanece dentro da Coordenadoria de Gestão do Atendimento Social, na Sehab, e também era algo que na antiga Sehab estava agregado de forma um pouco mais complexa e com pouca especialização. A ideia foi justamente transformar a Sehab nesse foco primordial de habitação, função social e assim por diante, o que nos impossibilita de que em SMDU isto apareça, até porque é uma das requisições primeiras da assessoria técnica legislativa, quando estávamos passando a régua em todo o desenho, o pente fino deles é o seguinte: não pode haver qualquer conflito de

competências entre as secretarias criadas.

Então essa Secretaria de Habitação é quem vai cuidar dessas questões relacionadas à habitação, não pode haver um penduricalho em SMDU.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – Posso tentar ajudá-lo nessa leitura? Não sei o quanto habituado o senhor está com as questões de desenvolvimento urbano, mas são duas questões distintas, a regularização fundiária de interesse social, habitação de interesse social e a função social da propriedade.

A função social da propriedade não vem exclusivamente para habitação, vem para o desenvolvimento urbano. Por isso, fiz questão de focar de um lado, o controle da função social da propriedade, que importa à habitação de interesse social, mas essa não é a atividade finalística. Você trabalha com a função social da propriedade, em especial para regular oferta e acesso à terra urbana. Pode ser a terra urbana para empreender economicamente e pode ser a terra urbana para habitar socialmente.

Então por isso o endereço preciso para isso jamais será qualquer secretaria que não aquela criada para essa finalidade: a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Foram discussões transversais que envolveram a Secretaria Especial de Licenciamento, o Secretário Floriano e a equipe da Sempla. O desenho proposto para agora simplesmente tentava contemplar o que é a Secretaria de Habitação hoje e, no seu desmembramento, quais as funções que ela já continha e que não podem, portanto, deixar de permanecer dentro das duas novas estruturas.

Talvez, a observação pertinente do Vereador diga respeito ao fato de que está ainda um tanto difuso, não está elencada de forma setorial e focal essa problemática da função social da terra. Talvez isso possa ser discutido associando-se a questão levantada pela Luiza: como uma Coordenadoria dentro de Sehab tem de responder essas duas questões de forma conjunta. Se bem entendi sua questão, isso ainda está difuso.

**O SR. JOSÉ POLICE NETO** – São duas coisas bastante objetivas que estamos tentando trazer a este debate para, quem sabe, construir esse entendimento.

Entendo que o Governo tem de apresentar essas regras de limitação muito objetivas, seja para as unidades administrativas que vai criar, seja para o impacto que isso vai ter. Também temos de enxergar o volume de investimento que estamos anunciando realizar. Então não fosse o anúncio: 55 mil unidades habitacionais de interesse social, não fossem as 200 mil regularizações fundiárias de interesse social, não fossem essas questões, talvez, nem eu, nem o Vereador Fiorilo, que me relatou há alguns instantes, que também tem uma preocupação com isso, estaríamos aqui. Poderia quase passar despercebido, porque a Cidade não tendo os 3,5 milhões de moradores que necessitam desse trabalho da burocracia estável ou da burocracia chamada a essa tarefa, talvez nenhum de nós tivéssemos atentado para isso, mas é que além da demanda que sabemos, também sabemos do desafio que vamos empreender. Para isso olhamos para a estrutura da Secretaria de Habitação e não é possível reconhecer onde nem quem vai realizá-lo. Aí é uma questão absolutamente objetiva. E como quero que as 55 mil unidades ou mais sejam entregues, como quero que as 200 mil unidades ou mais de regularização fundiária sejam entregues, estou dizendo que da minha leitura, talvez, ainda insignificante, conforme consigo trazer mais gente para essa leitura, mais forte vai ficando isso. E não é forte para parecer fraco o Executivo que nos apresenta, é que nenhum de nós é completo. E dessa nossa questão de não sermos completos temos de entregar a outros essa capacidade de nos completar.

Então quando lemos a Secretaria de Habitação que está sendo proposta, ela não é capaz de fazer essa transformação sonhada para esses quatro anos. E aí não há nenhum problema do ombro do parlamento carregar esse custo de ao corrigir, ao acrescentar, ao sugerir um aperfeiçoamento ter de dar sua contribuição e dizer que felizmente reconheceu-se essa pequena fragilidade, corrigiu-se mesmo ao custo de 2 milhões, 1,5 milhão ao ano. O que acho perigoso é o inverso, faltar isso e não conseguirmos cumprir as 200 mil entregas. É essa

a questão, mesmo que digam que os Vereadores cresceram tal. Não. Eles deram o formato capaz de suportar o desafio.

**O SR. CHRISTY GANZERT GOMES PATO** – Essa questão, Vereador, está e será discutida à exaustão, dentro do plano diretor. Então nas discussões do plano diretor isso está sendo incorporado porque a preocupação da Habitação, obviamente, tem de ser transversal. O aprimoramento do focal de como cada secretaria deve contribuir para as metas de habitação será aprimorado também na discussão do plano diretor.

Para encerrar, na questão de cargos também temos os seguintes números: estamos criando 348 cargos, mas estamos extinguindo 602. Não me lembro de alguma reforma administrativa em que foram extintos mais cargos do que aqueles criados. E com relação à pergunta do Flávio Capelo sobre quantos cargos estão sendo criados em Direitos Humanos, e aqui encerro minha fala, para a Secretaria comum, portanto, que inclui todas as suas enormes e diversas atribuições, estão sendo criados 80 cargos. A SMADS, como não está sendo a ela atribuída nenhuma nova competência, não entra na reforma administrativa. As relações transversais entre ambas serão efetuadas através da mesma estrutura que já está em SMADS.

Agradeço enormemente a paciência de todos. Creio que já estamos todos famintos. Creio que posso passar a palavra ao Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Consulto o Dr. Rodrigo Alves se tem alguma consideração final.

**O SR. RODRIGO ALVES** – Agradeço a presença de todos. Foi um prazer participar desta audiência e poder debater com vocês. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto)** – Informo que a Vereadora Edir Sales, que foi a primeira, a Vereadora Juliana Cardoso, o Vereador Floriano Pesaro e os Vereadores do PT estão em reuniões de Bancada, reuniões internas, mas estão acompanhando no circuito interno da Casa. Isso é normal, mesmo porque a audiência está sendo transcrita, então não é nenhum demérito o Vereador não estar presente neste momento, porque eles estão

acompanhando e também cada Bancada tem sua assessoria acompanhando de perto, anotando, além da transcrição da Casa.

Agradeço ao Dr. Christy Pato, assessor especial de Sempla, ao Dr. Rodrigo Alves Teixeira, Chefe de Gabinete de Sempla, a todos os presentes representando suas entidades e instituições, pela contribuição que deram hoje nesta audiência pública para podermos aquecer um pouco a discussão em plenário sobre o PL 237/2013. Se necessário for, faremos outra audiência pública.

Estão encerrados os nossos trabalhos.

---